

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**A inclusão dos princípios fundamentais do
empreendedorismo empresarial no Curso Técnico em
Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de
Barbacena-MG.**

Paulo Orlando de Castro Pavani

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial
no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de
Barbacena-MG.**

Paulo Orlando de Castro Pavani

Sob a orientação do Professor
Cezar Augusto Miranda Guedes

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências, no Curso de Pós-
Graduação em Educação Agrícola, Área
de Concentração em Educação Agrícola

Seropédica, RJ
Novembro de 2006

373.2463098

151

P337i

T

Pavani, Paulo Orlando de Castro,
1950-

A inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG / Paulo Orlando de Castro Pavani. – 2006.

56 f. : il.

Orientador: Cezar Augusto
Miranda Guedes.

Dissertação (mestrado) –
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de
Agronomia.

Bibliografia: f. 55-56.

1. Técnicos em agropecuária -
Barbacena (MG) - Teses. 2. Ensino
profissional - Barbacena (MG) -
Teses. 3. Qualificações
profissionais - Barbacena (MG) -
Teses. 4. Mercado de trabalho -
Barbacena (MG) - Teses. 5.
Currículos - Mudança - Barbacena
(MG) - Teses. 6. Administração
rural - Barbacena (MG) - Teses. I.
Guedes, Cezar Augusto Miranda,
1954-. II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Instituto
de Agronomia. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

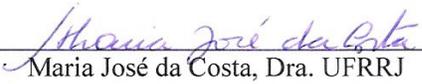
Paulo Orlando de Castro Pavani

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27 de novembro de 2006.



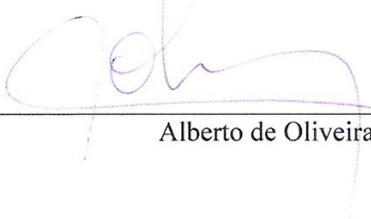
Cezar Augusto Miranda Guedes, Dr. UFRRJ



Maria José da Costa, Dra. UFRRJ



Eduardo Sales Machado Borges, Dr. EAF Barbacena



Alberto de Oliveira, Dr. UFRRJ

Dedico este trabalho aos meus filhos Ana Paula e Rômulo e às minhas netas Izabela, Izadora e Iasmim.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente a Deus, sempre presente e me guiando em toda minha vida. Aos meus pais Paulo Pavani e Maria José de Castro Pavani (*in memorian*), pelo amor, carinho, educação e amparo.

Ao meu irmão Mário Nilson de Castro Pavani, à Beatriz, Daniel e Thaís, pela amizade, carinho e incentivo.

À Magda Ferreira Mendes, minha mulher e companheira de todas as horas.

Ao Professor Cezar Augusto Miranda Guedes, meu orientador, por acreditar e me incentivar para elaboração deste estudo.

Aos Professores Maria José da Costa, Eduardo Sales Machado Borges e Alberto Oliveira pela composição da Banca Examinadora.

Ao amigo e Prof. Júlio César de Souza Mendes pela ajuda, incentivo e colaboração.

Às colegas de trabalho Elizabeth Casagrande, Marli Cimino e Ilma da Consolação Barbosa, pela ajuda e incentivo.

Aos Coordenadores, Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela excelência do trabalho executado.

Em especial, à Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, pela oportunidade dada, pela ciência da necessidade de aperfeiçoamento de docentes e pelo compromisso para a expansão e melhoria da educação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Egressos do Curso Técnico em Agroindústria formados na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	47
Tabela 2 – Egressos do Curso Técnico em Agroindústria formados na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	48
Tabela 3 – Egressos do Curso Técnico em Agroindústria formados na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	48
Tabela 4 – Egressos do Curso Técnico em Agroindústria formados na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	49
Tabela 5 – Egressos do Curso Técnico em Agroindústria formados na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População e Domicílio da cidade de Barbacena-MG.	14
Quadro 2 – População versus Instrução	14
Quadro 3 – Rendimento Nominal da População de Barbacena-MG	15
Quadro 4 – Estrutura Empresarial da cidade de Barbacena-MG	15
Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Barbacena-MG	16
Quadro 6 – Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de Minas Gerais	16
Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil	16
Quadro 8 – Características e Traços Comportamentais	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese das respostas da questão nº 2	50
Figura 2 – Síntese das respostas da questão nº 3	50
Figura 3 – Síntese das respostas da questão nº 4	51
Figura 4 – Síntese das respostas da questão nº 5	51
Figura 5 – Síntese das respostas da questão nº 6	52
Figura 6 – Síntese das respostas da questão nº 7	52

LISTA DE ABREVIACOES

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
COAGRI	Coordenao Nacional do Ensino Agrícola
SESG	Secretaria Nacional de Segundo Grau
SEMTEC	Secretaria de Educao Média e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	ndice de Desenvolvimento Humano
ONU	Organizao das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
ONG's	Organizações Não Governamentais
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio  Micro e Pequenas Empresas
CEFETE's	Centro Federal de Educao Tecnológica
NTG's	Novas Técnicas de Gestão
SOFTEX	Associao para promoção de Excelência do Software Brasileiro
DRT	Delegacias Regionais do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educao
CED	Câmara de Educao Básica
UEP	Unidades Educacionais de Produção
SAI	Sistema Agroindustrial

RESUMO

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **A inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.** 2006. 56 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este trabalho tem como base o Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, a primeira escola de ensino agrícola do Brasil, criada pelo Decreto nº 8.358, de 09 de novembro de 1910, que ao longo de sua trajetória histórica tornou-se um importante marco na educação profissional agrícola na região da Zona das Vertentes de Minas Gerais. Estruturada sob a égide da Pedagogia do Trabalho, constituída pelo paradigma taylorista-fordista, tendo por meta formar cidadãos como mão-de-obra para o mercado de trabalho. Todavia, apesar da excelente preparação técnica e operacional de seus educandos, com o processo de internacionalização da economia, a competitividade no mercado de trabalho tornou-se mais acirrada, exigindo maiores qualificações e capacitações de seus agentes. Face ao exposto, o presente trabalho consiste na inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial, bem como a inserção de conhecimentos socioeconômicos em interface aos operacionais didático-pedagógicos, através da interdisciplinaridade entre as disciplinas de formação técnica e as de cultura empreendedora para os alunos do curso técnico em agroindústria oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, levando-os a conhecer as perspectivas de futuros profissionais, viabilizando sua interação com o mercado, não apenas como força de trabalho, mas também como empreendedores. Atualmente, com algumas exceções, devido ao baixo índice de absorção de mão-de-obra no setor do agronegócio do município barbacenense e da região, percebe-se a necessidade de preparar os jovens formandos para irem além das oportunidades de emprego abertas pelas empresas. Portanto, torna-se relevante estabelecer um novo perfil profissional, com competência e habilidade para ser agente ativo, empreendedor, conhecedor do mercado agroindustrial, seus pontos fortes e fracos, saber correr riscos calculados, ser persistente, comprometido, independente e autoconfiante. Tem-se como objetivo ampliar os horizontes profissionais e pessoais de seus egressos, com potencialidades para vencer a baixa empregabilidade, na busca de alternativas necessárias para gerar ocupação e renda. A partir do ano de 2001 até 2005 formaram 109 (cento e nove) técnicos. Mensurou-se a título estatísticos, 41 (quarenta e um) egressos, com os seguintes resultados: 1 (um) atua no mercado de trabalho agroindustrial; 11 (onze) atuam fora do mercado agroindustrial; 5 (cinco) atuam no mercado informal; 11 (onze) estão estudando e fora do mercado de trabalho, e 13 (treze) estão desempregados. Por fim, tais indicadores apontam para a necessidade de uma reformulação e associação de conceitos no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.

Palavras chave: empreendedorismo, empregabilidade, mercado de trabalho, educação agrícola.

ABSTRACT

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **The inclusion of the fundamental beginnings of the business empreendedorismo in the Technical Course in Agribusiness of the Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.** 2006. 56 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

This work has as base the Technical Course in Agribusiness of the Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, the first school of agricultural teaching of Brazil, created by the Ordinance no. 8.358 of November 09, 1910, that along his/her historical path became an important mark in the agricultural professional education in the area of the Area of the Slopes of Minas Gerais. Structured under the aegis of the Pedagogy of the Work, constituted by the paradigm taylorista-fordista, tends for goal to form citizens as labor for the job market. Though, in spite of their students' excellent technical and operational preparation, with the process of internationalization of the economy, the competitiveness in the job market became more intransigent. Demanding larger qualifications and their agents' trainings. Face to the exposed, the present work, consists of the inclusion of the fundamental beginnings of the business empreendedorismo, as well as the insert of socioeconomic knowledge in interface to the operational ones didactic-pedagogic, through the interdisciplinaridade among the technical formation disciplines to the one of culture entrepreneurs for the students of the technical course in agribusiness offered by the Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, taking them to know the perspectives of professional futures, making possible his/her interaction with the market, I don't just eat workforce, but also as enterprising. Now, with some exceptions, due to the low index of absorption of work hand in the section of the agronegócio of the municipal district barbacenense and of the area, it is noticed the need to prepare the youths formandos for us to go besides the job opportunities opened by the companies. Therefore he/she becomes relevant to establish a new professional profile, with competence and ability to be agent active, enterprising, expert of the market agroindustrial, their strong and weak points, to know to run calculated risks, to be persistent, committed, independent and self-confident. Tends as objective enlarges the professional and personal horizons of their exits, with potentialities to win the low empregabilidade, looking for necessary alternatives to generate occupation and income. To leave year of 2001 up to 2005 they formed 109 (hundred nine) technicians, it was measured title statisticians, 41 (forty and a) exits, with the following results: 1 (a) it acts in the job market agroindustrial; 11 (eleven) they act out of the market agroindustrial; 5 (five) they act at the informal market; 11 (eleven) they are studying and out of the job market, and 13 (thirteen) they are unemployed. Finally, such indicators appear for the need of a reformulação and association of concepts in the technical course in agribusiness of the Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.

Words key: empreendedorismo, empregabilidade, job market, agricultural education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 Contextualização	1
1.1 Problematização	2
1.2 Objetivos	3
1.2.1 Objetivo Geral	3
1.2.2 Objetivos Específicos	4
1.3 Justificativa	4
CAPÍTULO I REVISÃO DE LITERATURA	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
2 A Trajetória Histórica do Ensino Agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG	11
2.1 Informações Estatísticas do município de Barbacena-MG	13
2.2 Abordagem Teórica da Filosofia e Educação	17
2.2.1 Relações Filosóficas	17
2.2.2 Filosofia e Educação	17
2.3 A Educação Profissional no Contexto da Educação Nacional	23
2.3.1 A Educação Profissional no Brasil	23
2.3.2 A Reforma do Ensino nos Anos 90	24
CAPÍTULO II TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	26
RESUMO	27
ABSTRACT	28
3 A Centralidade do Trabalho	29
3.1 Novas Tendências Organizacionais e Relações de Trabalho	32
3.2 Empreendedorismo / Empreendedor	33
3.3 Ensinando a Empreender	36
CAPÍTULO III MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	39
RESUMO	40
ABSTRACT	41
4 Técnicas Utilizadas para Pesquisa	42
4.1 Pesquisa Bibliográfica	42
4.1.1 Breve Relato sobre as Tendências e Pedagogias do Ensino Técnico na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.	43
4.1.2 O Curso Técnico em Agroindústria	44
4.2 Pesquisa Descritiva	46
4.3 Resultados e Discussão	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A economia brasileira tem vivido grandes desafios, intensificados pela influência da globalização e de elementos do ambiente interno, assim como o das políticas de preço e as inovações tecnológicas, que exigem do setor industrial, inúmeras mudanças e adaptações.

No início da década de 90, com a abertura do mercado à competição externa, o Brasil passou por um processo de liberalização comercial sem igual na sua história, afetando de sobremaneira o mercado de trabalho do país, contribuindo para a formação de um excessivo “exército de reserva”. Concomitante a este processo de mudanças nas relações econômicas entre o Brasil e o resto do mundo, importantes transformações foram observadas, principalmente, entre brasileiros. Hoje, existe consenso de que houve um gradativo aumento de desemprego, informalidade e produtividade do trabalho.

GUEDES (2003, p.4), comenta:

(...) Se a integração do mercado de trabalho foi um processo em curso, sempre apresentou limites muito claros. E é sobre esta integração parcial, porque limitada em seu alcance e dinamismo, que vai se dar a inflexão a partir dos anos 80, representada por duas variáveis: a menor capacidade de gerar novas vagas e a informalização das relações de trabalho. A incorporação dos novos contingentes e dos desempregados passa a ocorrer em sua maior parte pelo auto-emprego e pelo trabalho precário.

O autor afirma ainda que:

1 – Nos anos 90, o segmento formal e organizado reduz seu protagonismo na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro, que passa a crescer sob o manto da informalidade. Aliás, o cenário dos anos 90 está marcado pela manifestação e presença de atores sociais de naturezas diversas, mas que tem relação com a crescente precarização nas relações de trabalho;

2 – Pesquisas realizadas no Brasil ao longo dos anos 90, podemos constatar que os temas da informalidade, associativismo, empreendedorismo, pequenas e médias empresas e microcréditos têm ganhado densidade.

O quadro atual induz as sociedades em desenvolvimento, tal como o Brasil, a um repensar no modo como devam se posicionar no mercado competitivo globalizado. Este novo posicionamento exige um processo de maturidade ligado, com as influências colocadas mundialmente no ambiente sócio-econômico, destacando, principalmente, aquelas referentes à relação entre educação e trabalho.

As sociedades desenvolvidas se diferenciam das demais pela maneira como elas determinam seu processo inovador, ou seja, de criação e de agregação de valor econômico. Acreditamos que uma sociedade é tão mais rica quanto maior for sua capacidade interna de gerar conhecimento e de se estimular à produção. Nesse sentido, é condição *sine qua non* promover nas pessoas seus desejos de realização, suas habilidades e potenciais de criação. Quando refletimos sobre este contexto, entendemos porque a formação profissional, a capacidade de inovar e a competitividade no longo prazo tornam-se prioritários para o

desenvolvimento econômico do país, e como particularidade, ampliam as possibilidades da comunidade jovem.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

As características do Técnico em Agroindústria formado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG demonstram sólidas bases de conhecimentos tecnológicos, com capacidade gerencial e de adaptação a novas situações, postura pessoal e profissional, com as seguintes competências básicas:

- Planejar, organizar e desenvolver as atividades, otimizando a produção de alimentos de origens animal e vegetal, dentro das regras de higiene e segurança dos procedimentos.
- Assegurar a produção, zelando pelo controle de qualidade, higiene, segurança e prevenção da poluição.
- Avaliar os resultados obtidos e fazer previsões relativas aos recursos humanos e materiais.
- Controlar as operações técnicas e tecnológicas, facilitando o trabalho.
- Participar das operações de operadores.
- Estabelecer relações com clientes e fornecedores de matérias-primas, insumos e embalagens.
- Gerenciar as relações de trabalho dentro da fábrica.
- Empregar adequadamente as ferramentas de trabalho.

A delimitação do tema e a definição do problema originam-se da formação dos técnicos em agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, exclusivamente, como mão-de-obra para um nicho do mercado de trabalho oferecido pelas indústrias de alimentos, laticínios e frigoríficos.

O curso técnico em agroindústria, tem duração de dois anos, seriado semestralmente, tem em quatro períodos, de acordo com o Departamento de Desenvolvimento Educacional da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, oferece as seguintes disciplinas em matriz curricular:

❖ Disciplinas do Primeiro Período:

- Microbiologia e Procedimentos de Análises Microbiológicas de Alimentos;
- Higiene na Indústria de Alimentos;
- Princípios de Nutrição e Conservação de Alimentos;
- Embalagens e Aditivos;
- Química Analítica e Bromatologia;
- Operações com computadores

❖ Disciplinas do Segundo Período:

- Panificação I;
- Processamento de Frutas e Hortaliças I;
- Processamento de Leite I;
- Processamento de Carnes I.

❖ Disciplinas do Terceiro Período:

- Panificação II;
- Processamento de Frutas e Hortaliças II;
- Processamento de Leite II;
- Gerenciamento da Produção I;
- Processamento de Carnes II.

❖ Disciplinas do Quarto Período:

- Confeitaria;
- Processamento de Frutas e Hortaliças III;
- Processamento de Leite III;
- Processamento de Carne III;
- Gerenciamento da Produção II;
- Metodologia de Projeto.

O processo de internacionalização da economia acirrou a competitividade no mercado de trabalho, exigindo maiores qualificações e capacitações de seus agentes. Apesar da excelente preparação técnica-operacional dos jovens formandos, atualmente, com algumas exceções, devido ao baixo índice de absorção de mão-de-obra no setor do agronegócio em Barbacena e região, percebe-se que apenas a certificação técnica não é garantia de emprego. Desta forma, torna-se imperativo questionar:

- ∞ Como preparar os futuros técnicos em agroindústria para irem além das oportunidades de emprego abertas pelas empresas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral nesta pesquisa consiste em avaliar a importância e a eficácia dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial para o curso técnico em agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, como alternativas geradoras de ocupação e renda.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos nesta investigação são os seguintes:

- Investigar um novo perfil profissional para os técnicos em agroindústrias formados pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, voltado para o agronegócio do município de Barbacena e região;
- Apontar as potencialidades empreendedoras e empresariais exigidas pelo mercado agroindustrial;
- Propiciar a interface dos conteúdos didático-pedagógicos de formação técnica operacional com os conteúdos sócio-econômicos empreendedores e empresariais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Desde a sua institucionalização oficial, em 14 de julho de 1913, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, tornou-se um importante marco na educação profissional, especialmente para Barbacena e região. Todavia, a complexidade do mercado de produção e de trabalho tem levado as várias ciências e grupos de pessoas a buscarem novas alternativas para minimizar os problemas relacionados ao desemprego, à exclusão social, a pobreza, que vêm assolando a sociedade de um modo geral.

O presente trabalho busca como alternativa, a inserção de conhecimentos sócio-econômicos em interface aos operacionais didático-pedagógicos, através da interdisciplinaridade entre as disciplinas de formação técnica e as de cultura empreendedora para os alunos do curso técnico em agroindústria formados pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, levando-os a conhecer as perspectivas de futuros profissionais, viabilizando suas inclusões no mercado, não apenas como força de trabalho, mas também como empreendedores, através dos conteúdos voltados para o empreendedorismo empresarial, tais como:

I EMPREENDEDORISMO

1 - Competência:

- Desenvolver os princípios fundamentais do Empreendedorismo, ou seja:
- **Buscar oportunidades e ter iniciativas** – é a primeira fase do ciclo de criação de um negócio. Após de uma oportunidade existe sempre uma idéia. O importante das idéias não é o fato de serem ou não únicas, mas como transformá-las em um produto e ou serviços que possam gerar rendimentos. A criatividade só ocorre em pessoas que estão abertas para que isto aconteça.
- **Ser persistente** – agir diante de obstáculos, assumir responsabilidade, não ficar esperando que as coisas aconteçam, ter a capacidade de influenciar o meio de tal modo que possa atingir suas metas e objetivos.
- **Ser comprometido** – acreditar na capacidade de satisfazer as necessidades e desejos de seus clientes através de realizações, esmero e competência.

- **Ser exigente quanto à qualidade e eficiência** – fazer as coisas de uma forma melhor, mais rápida e com eficiência, que satisfaçam os padrões de excelência.
- **Correr riscos calculados** – aceitar os riscos, com cautela e precaução. Agir para reduzi-los e controlá-los adequadamente, em busca de melhores resultados.
- **Ser independente e manter autoconfiança** – acreditar em si mesmo, ousar, aceitar os desafios, buscar autonomia, expressar confiança.

2 - Habilidades:

- Definir as atividades de Planejamento, Organização, Direção e Controle do Sistema Operacional.
- Identificar os nichos de mercado favoráveis ao negócio empreendido.
- Avaliar os aspectos básicos da produção e comercialização.
- Analisar os fatores organizacionais e empresariais.

3 - Bases Tecnológicas:

- Conhecimentos gerais sobre o Sistema de Produção, Produtividade, Comercialização e Marketing.
- Noções básicas e conceituais sobre Administração, Organização e Técnicas Comerciais.

II GESTÃO EMPRESARIAL BÁSICA

1 - Competências:

- Conhecer a estrutura administrativa e empresarial do seu nicho de negócio.
- Aplicar técnicas e procedimentos relativos ao processo de Planejamento Estratégico, Gerencial e Operacional.

2 - Habilidades:

- Identificar o processo de institucionalização de uma organização empresarial.
- Identificar as vantagens, desvantagens e limitações de cada tipo de organização jurídica.
- Estabelecer metas e objetivos organizacionais.
- Conhecer os fatores e recursos da produção.

3 - Bases Tecnológicas:

- Definir o modelo de Organização Empresarial.
- Definir o modelo adequado de Plano de Negócios.
- Definir adequadamente os Planos de Custeio e Investimentos.

III INTRODUÇÃO À TEORIA ECONÔMICA

1 - Competência:

- Aplicar os princípios reguladores da Teoria Econômica no âmbito empresarial.

2 - Habilidades:

- Classificar as tendências de mercado.
- Conhecer os princípios da Concorrência de Mercado.
- Identificar os princípios da Teoria de Produção.
- Conhecer o Ponto de Equilíbrio da empresa.
- Estabelecer a diferenciação de produto: “descomoditizar”.

3 - Bases Tecnológicas

- Noções Gerais e conceituais da Teoria Econômica.
- Conhecimentos básicos sobre estrutura de mercado: monopólio, oligopólio e concorrência perfeita.
- Conhecimentos básicos sobre as Leis da Oferta e da Procura e Formação de Preços.

IV INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE GERENCIAL

1 - Competência:

- Compreender e interpretar os conceitos e processos contábeis aplicáveis às decisões administrativas.

2 - Habilidades:

- Conhecer a classificação de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.
- Saber interpretar as Situações Líquidas Patrimoniais.
- Conhecer e interpretar as Contas Patrimoniais e de Resultado.
- Saber elaborar Balancetes e Balanço Patrimonial.

3 - Bases Tecnológicas:

- Ter conhecimentos gerais e conceituais sobre os Elementos Patrimoniais.
- Ter conhecimentos básicos sobre Análises Financeiras e Econômicas do Patrimônio.

Desta forma, justificamos os nossos objetivos através das seguintes hipóteses:

- Ser agente ativo, empreendedor, conhecedor do mercado, seus pontos fortes e fracos, proporcionará maiores possibilidades de sucesso no agronegócio;
- Saber correr riscos calculados, investir no mercado produtor através dos princípios fundamentais do empreendedorismo, aliados às qualidades técnicas operacionais, viabilizará a inserção destes futuros profissionais no sistema agroindustrial;
- Que o associativismo e o cooperativismo são canais de geração de renda e solução para a baixa empregabilidade do mercado de trabalho, particularmente, no município de Barbacena e região.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho baseia-se na inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, como alternativas geradoras de ocupação e rendimento, objetivando ampliar os horizontes profissionais e pessoais dos egressos, além do mercado de trabalho, quiçá empreendedores capazes e eficientes para o exercício da atividade do agronegócio.

A metodologia e os procedimentos empregados estão voltados para a atuação do técnico em agroindústria formado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, no contexto agroindustrial, tendo como nicho de mercado o município de Barbacena e região e como diretriz a apreensão dos dados históricos de acordo com os objetivos propostos, no sentido de elucidar as dúvidas suscitadas, através de investigação exploratória, documental, de cunho bibliográfico e descritivo.

CAPÍTULO I
REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Capítulo I: Revisão de Literatura**. 15 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

O presente capítulo objetiva demonstrar a evolução do ensino agrícola ofertado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG. Ao longo dos seus 96 (noventa e seis) anos. A Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, adequou-se a todos os modelos educacionais, no que diz respeito à educação profissional, impostos pelo poder público federal, independente das desastrosas conseqüências, pautadas por interesses políticos e pessoais a serviço do capital. Numa abordagem teórica da filosofia e educação, percebe-se fortes traços do tecnicismo pedagógico que penetrou nos meios educacionais a partir da década de 50 (cinquenta), e representa a introdução do modelo capitalista nas escolas, cujo modelo tem como função moldar a educação; é o saber pronto, enfatizado pelo saber-fazer. Preocupa-se essencialmente com a formação técnico-profissional, voltada exclusivamente para o mercado de trabalho. A educação profissional na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG é datada a partir do dia 09 de novembro de 1910, com a criação do Aprendizado Agrícola de Barbacena, dedicado especialmente à cultura de plantas frutíferas nacionais e exóticas e ao ensino prático de fruticultura, destinados aos filhos de agricultores e de pequenos produtores rurais. A educação profissional se constitui como uma modalidade de ensino, independente, porém articulada com a educação básica. Não deve ser tratada como um simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas de trabalho, mas como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

Palavras chaves: Tecnicismo pedagógico, educação profissional, política assistencialista.

ABSTRACT

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Chapter I: Revision of the Literature.** 15 p. Dissertation (Máster in Agricultural Education). Instituto de Agronomia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica. RJ. 2006.

The present chapter aims to demonstrate the evolution of the agricultural teaching offered by Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG. Along its 96 (ninety six) years, our School, adapted to all educational models concerning professional education, imposed by the federal laws, apart from the disastrous consequences, ruled by personal and political interests in service of the capital. In a theoretical approach of philosophy and education we can notice strong signs of pedagogical technicality which entered the educational fields in the 50s. (Fifties) and represents the introduction of capitalism model in schools. Whose model, has as a goal the shaping of education, it's the ready knowledge, emphasized by the "know how to do". The essential worry is the development of technician professional exclusively turned to the job market. The professional education at Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG , is dated of November 09, 1910, with the creation of the Agricultural Barbacena Learning, especially dedicated to the, exotic and national fruit trees cultivation, and the practical teaching of fruit cultivation, addressed to the peasants kids and small rural producers. The professional education constitutes itself in a type of teaching, independent, however, articulate with the base education. It shouldn't be treated as a simple assisted politic or linear adjustment of the demanding work, but as an important strategy so that the citizens have an effective access to the scientific and technological conquests of society.

Key Words: Pedagogical technicality, professional education, assisted politic.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO AGRÍCOLA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA-MG.

O passado estará sempre presente em nossas vidas através da história e da memória.

O Presidente Nilo Peçanha, em 09 de novembro de 1910, assinou o Decreto nº 8.358, criando o Aprendizado Agrícola de Barbacena, a primeira escola de ensino agrícola do Brasil dedicado, especialmente, à cultura de plantas frutíferas nacionais e exóticas e ao ensino prático de fruticultura. Subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 10 de dezembro deste ano citado a Fazenda Nacional adquire uma chácara, com benfeitorias área total de 4.950.138,64 m², para as futuras instalações da Escola.

No período de 1911 a 1913, a sede foi construída em um belíssimo projeto de estilo normando, idealizado pelo arquiteto e paisagista francês Arsene Puttemas, hoje inclusive, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal,

Institucionalizado oficialmente na data de 14 de julho de 1913, o Aprendizado Agrícola de Barbacena congregava um ensino prático com a finalidade de formar trabalhadores aptos aos diferentes serviços de uma pequena propriedade, destinado aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

O Decreto nº 22.934 de 13 de julho de 1933, eleva o Aprendizado Agrícola de Barbacena para a Escola Média de Agricultura, sob a denominação de Escola Agrícola de Barbacena.

Em 20 de agosto de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra, assinou o Decreto nº 9.613, sancionando a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, regulamentando o ensino nível médio atual 2º grau.

A então Escola Agrícola de Barbacena passou a ministrar o Curso de Iniciação Agrícola destinado à preparação necessária para a execução do trabalho de operário agrícola. Bem como o Curso de Mestria Agrícola, com a finalidade de dar preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de Mestre Agrícola, ambos com duração de dois anos.

Pelo Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947, a Escola Agrícola de Barbacena passou a denominar-se Escola Agrotécnica de Barbacena, oferecendo o Curso Técnico em Agricultura.

No governo do Presidente João Café Filho, pelo Decreto nº 37.840, de 31 de agosto de 1955, em homenagem ao seu primeiro diretor, Dr. Diaulas Abreu, a Escola Agrotécnica de Barbacena passou a denominar-se Escola Agrotécnica “Diaulas Abreu”.

Neste mesmo ano, a Escola Agrotécnica de Barbacena passou a oferecer o Curso de Economia Rural Doméstica, com a finalidade de instruir, para e pela sua natureza, a mulher e adequar sua participação na sociedade, buscando a melhoria da qualidade de vida da família rural.

O Decreto Presidencial nº 53.568 de 1964, tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a Escola Agrotécnica “Diaulas Abreu” passou a denominar-se Colégio Agrícola “Diaulas Abreu”, agrupada segundo a denominação de ginásio, ministrando as três séries do 2º ciclo, conferindo os títulos de Técnicos em Agricultura e em Economia Doméstica, reformulando a filosofia do ensino agrícola, sendo implantado o modelo de Sistema Escola-Fazenda, baseada no princípio “aprender a fazer, fazendo”.

O Colégio Agrícola “Diaulas Abreu”, que até então era subordinado ao Ministério da Agricultura, através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, passa, pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Artigo 27 do Decreto nº 72.434 de 09 de julho de 1973, criou o a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI – como órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, tendo por finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola.

O Colégio Agrícola “Diaulas Abreu”, a exemplo das demais escolas de ensino agrícola e de economia rural, fica diretamente subordinado aos ditames da COAGRI.

No dia 04 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, o Colégio Agrícola “Diaulas Abreu”, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.

Com a extinção da COAGRI, pelo Decreto nº 93.613, de 21 de novembro, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, passou a ser subordinada à Secretaria Nacional de 2º Grau (SESG) rompendo, aparentemente, com o modelo de Sistema Escola – Fazenda.

O Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990, extingue a Secretaria Nacional de 2º Grau – SESG, passando a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG para a subordinação da então criada Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.

Pelo Decreto nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, passa a ser uma autarquia federal, vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do Ministério da Educação.

A partir de 2000, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, passou a oferecer o ensino técnico em sete áreas distintas, com um total de treze cursos profissionalizantes, a saber:

- ❖ **Área Agropecuária:** Técnico em Agricultura, Técnico em Agroindústria, Técnico em Floricultura e Técnico em Zootecnia.
- ❖ **Área de Design:** Técnico em Paisagismo.
- ❖ **Área de Gestão:** Técnico em Gestão de Negócios.
- ❖ **Área de Informática:** Técnico em Informática, Técnico em Qualificação Técnica em Instalações e Operações com Computador.
- ❖
- ❖ **Área de Meio Ambiente:** Técnico em Ecologia e Meio Ambiente.
- ❖ **Área de Turismo:** Técnico em Turismo e Hospitalidade.
- ❖ **Área da Saúde:** Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética e Técnico em Segurança do Trabalho.

A Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, como instituição oficial, a exemplo das demais Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas, nasceu sob a égide da Pedagogia do Trabalho, organizada e elaborada através de constituição do paradigma taylorista-fordista, cuja finalidade é atender a uma divisão social e técnica do trabalho marcada pela clara definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais.

Através da sua trajetória, foi dando origem, historicamente, a uma pedagogia escolar centrada, ora nos conteúdos, ora nas atividades, formando mão-de-obra técnica para o mercado de trabalho rural e/ou urbano. Tornou-se um centro de excelência no ensino agrícola, na região das vertentes de Minas Gerais.

Como órgão público de administração indireta, adequou-se a todos os modelos educacionais no que diz respeito à educação profissional, impostos pelo poder público federal. Independente das desastrosas conseqüências, evoluía e retrocedia, de acordo com as propostas

e projetos sobre a educação profissional, determinados pelas Reformas, Lei Orgânica, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cada qual pautada por interesses políticos e pessoais a serviço do capital.

Ao longo dos seus 96 anos, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, procurou e ainda o faz, fornecer aos seus discentes uma formação técnica, moral, consciente e crítica, apesar das arbitrariedades e interesses pessoais de alguns cidadãos, que parecem desconhecer a necessidade de se conhecer a realidade e a importância de um ensino agrícola que valorize o “homem do campo”.

A primeira escola de ensino técnico agrícola do país localiza-se no município de Barbacena, situado no Campo das Vertentes da Região Sudeste do Estado de Minas Gerais, que apresenta um clima tropical mesotérmico, com predomínio de temperaturas amenas, média anual entre 15 a 18°C, altitude de 1.160 m, área de 787,96 m², população total de 114.126 habitantes, com 103.669 habitantes no perímetro urbano e com 10.457 habitantes na área rural (IBGE – Censo Demográfico de 2000).

Barbacena está distante de Belo Horizonte em 173 km, do Rio de Janeiro em 262 km, de Vitória em 447 km, de São Paulo em 603 km e de Brasília em 913 km. É cortada pelas rodovias BR 040, BR 265, MG 338, MG 447. Apresenta uma economia urbana baseada no setor terciário, em especial no comércio varejista e de serviços propriamente dito. Já na economia rural, há um predomínio da bovinocultura de leite, pecuária suína de corte, avicultura de corte e apicultura. O setor agrícola é produtivo em fruticultura (morango, uva, laranja e pêssego), além de olericulturas e tubérculos.

Há muito, a “Cidade das Rosas”, como Barbacena tornou-se conhecida no Brasil e no exterior, perdeu o *status* de produtora de rosas para o mercado interno, especialmente, para os grandes centros nacionais, tais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, bem como para o mercado internacional.

Com o processo de desestabilização da Cooperativa dos Floricultores de Barbacena em meados dos anos 80, o município deixou de ser grande produtor de rosas. Cujo eixo de produção deslocou-se para os municípios vizinhos de Antônio Carlos, e atualmente, para Alfredo Vasconcelos.

Há projetos para a retomada do cultivo de rosas, a curto e médio prazos, através de incentivos público e privados aos produtores do município e região.

2.1 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE BARBACENA-MG.

De acordo com o Resultado do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, o município de Barbacena, apresenta os seguintes resultados:

Quadro 1 – População e Domicílios da cidade de Barbacena-MG

População e domicílios	Número de habitantes	Percentual
1 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	19.099	16,73%
2 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	10.318	9,04%
3 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	10.653	9,33%
4 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	10.173	9,04%
5 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	9.123	7,99%
6 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	18.628	16,32%
7 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	15.284	13,39%
8 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	9.689	8,49%
9 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	3.339	2,93%
10 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	2.970	2,60%
11 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	3.463	3,03%
12 - Pessoas residentes – de 0 a 9 anos	1.387	1,21%
Totais	114.126	100,00%

Fonte: IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000

Quadro 2 – População versus Instrução

População e instrução	Número de habitantes	Percentual
1- Pessoas residentes - de 1 a 3 anos de estudo	12.242	10,73%
2- Pessoas residentes - de 4 a 7 anos de estudo	38.422	33,67%
3- Pessoas residentes - de 8 a 10 anos de estudo	14.542	12,74%
4- Pessoas residentes - de 11 a 14 anos de estudo	16.412	14,38%
5- Pessoas residentes - de 15 o mais anos de estudo	5.891	5,16%
6- Pessoas residentes – sem instrução e/ou freqüentes às creches	26.617	23,32%
Totais	114.126	100,00%

Fonte:IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000

Quadro 3: Rendimento nominal da população da cidade de Barbacena-MG.

População nominal	Número de habitantes	Percentual
1- Pessoas residentes - com rendimento nominal de até 1 salário mínimo	19.084	16,72%
2- Pessoas residentes - com rendimento nominal de 1 a 2 salários mínimos	15.055	13,19%
3- Pessoas residentes - com rendimento nominal de 2 a 3 salários mínimos	6.578	5,76%
4- Pessoas residentes - com rendimento nominal de 3 a 5 salários mínimos	6.313	5,53%
5- Pessoas residentes - com rendimento nominal de 5 a 10 salários mínimos	6.318	5,54%
6- Pessoas residentes - com rendimento nominal de 10 a 20 salário mínimos	3.009	2,64%
7- Pessoas residentes - com rendimento nominal acima de 20 salários mínimos	1.313	1,15%
8 – Pessoas residentes – sem rendimentos	56.456	49,47%
Totais	114.126	100,00%

Fonte: IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Quadro 4: Estrutura Empresarial da cidade de Barbacena-MG.

Ramo de Atividade	Número de estabelecimentos
1 – Agrícolas- Pecuárias- Silvicultura -Exploração Florestal	09
2 - Indústrias Extrativas	19
3 – Indústrias de Transformação	289
4 – Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	03
5 – Construção Civil	40
6 - Comércio em Geral	1.769
7 – Alojamento e Alimentação	337
8 – Transporte, Armazenamento e Comunicação	74
9 – Intermediações Financeiras	58
10 – Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	03
11 – Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados	238
12 – Educação	63
13 – Saúde e Serviços Sociais	107
14 – Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	246

Fonte:IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000

Conforme os resultados apresentados pelo IBGE, oriundos do Resultado da Amostra do Censo Demográfico de 2000, percebe-se que, em um universo de 114.126 habitantes do município, 56.456 pessoas, incluídas as crianças, menores em fase escolar, enfermos (Barbacena possui vários doentes em tratamento psiquiátrico) e desempregados formais, sem quaisquer rendimentos, estão à margem do mercado de trabalho, o que representa 49,47% (quarenta e nove vírgula quarenta e sete por cento), ou seja, pouco menos da metade da população municipal.

Entre ocupados e desocupados, resultam o total de 57.670 pessoas, que correspondem a 50,53% (cinquenta vírgula cinquenta e três por cento) dos barbacenenses. Sendo 31.654, ou seja, 27,74% (vinte e sete vírgula setenta e quatro por cento) homens com rendimento médio de R\$ 660,59, e 26.016 mulheres com rendimento médio de R\$ 432,74 que correspondem a 22,79% (vinte e dois vírgula setenta e nove por cento) da população.

Outro índice alarmante é o número de 7.214 cidadãos sem instrução ou com menos de 1(um) ano de estudo, o que representa 6,32% (seis vírgula trinta e dois por cento) da população de Barbacena.

As 87.509 pessoas com instrução, ou seja, 76,68% (setenta e seis vírgula setenta e oito por cento) da população, representam um bom percentual de Índice de Desenvolvimento Humano de Educação (IDH-E).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para medir o desenvolvimento humano dos países a partir dos indicadores de Educação (alfabetização e taxa de matrícula), Longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (zero): nenhum desenvolvimento humano a 1 (um): desenvolvimento humano total. IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

Quadro 5: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Barbacena-MG

Índices	Valores
Índice de Desenvolvimento Humano de Educação (IDHM-E)	0,888
Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade (IDHM-L)	0,791
Índice de Desenvolvimento Humano de Renda (IDHM-R)	0,716
Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM-M)	0,798

Fonte: PNUD 2000

Quadro 6: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Minas Gerais

Índices	Valores
Índice de Desenvolvimento Humano de Educação (IDH-E)	0,855
Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade (IDH-L)	0,759
Índice de Desenvolvimento Humano de Renda (IDH-R)	0,711
Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M)	0,773

Fonte: PNUD 2000

Quadro 7: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil

Índices	Valores
Índice de Desenvolvimento Humano de Educação (IDH-E)	0,834
Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade (IDH-L)	0,710
Índice de Desenvolvimento Humano de Renda (IDH-R)	0,720
Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M)	0,790

Fonte: PNUD 2000

2.2 ABORDAGEM TEÓRICA DA FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

2.2.1 RELAÇÕES FILOSÓFICAS

Falar sobre o homem é inserir-se em um amplo campo do saber. É meditar sobre formas de pensamentos, tratar de um conhecimento questionável. É pronunciar, simultaneamente, o concreto e o abstrato, refletindo o homem em seus atos. É, acima de tudo, transcender um universo que constantemente se renova, por meio dos fatos, dos acontecimentos.

Para Heller (1992, p.20), “o homem é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”.

O pensamento, a percepção e os valores que formam uma determinada visão da realidade encontram-se, atualmente, em uma fase de mudança e transformação. A evolução cultural surge em um modelo dinâmico de transformação social.

As últimas duas décadas do século XX registrou-se um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política.

Partindo, pois, do universo humano tão amplo para um conjunto teórico, não-restrito a si próprio, o tema filosofia, estará conectado, pelas suas interfaces, à história, à educação e às questões do gênero, compondo um quadro referencial, precedido de breves considerações, objetivando propiciar melhor compreensão de suas inter-relações.

O pensamento filosófico pode ser abordado de três maneiras: epistemológica, que trata os processos do conhecimento humano (descritivo, crítico); axiológica, que estuda a atividade humana (valoração); e antropológica, que tem como objeto de reflexão filosófica a própria condição do homem em sua integridade no contexto da totalidade.

Por consciência filosófica, Santos (1977) define as diferentes formas de “pensar o homem no mundo”, as quais explicitam, no seu entender, “as linhas da cultura científico-tecnológica do mundo contemporâneo, na dialética atual das nações desenvolvidas e dos povos subdesenvolvidos, em processo de desenvolvimento”:

* Forma epistemológica – análise do estatuto das ciências, na síntese dos conhecimentos interdisciplinares e na investigação metódica do processo de pesquisa tecnológica.

* Forma hermenêutica – compreensão do sentido da linguagem humana, pela explicitação do horizonte da criatividade cultural e pela interpretação da palavra do passado, revivida no presente e projetada no futuro.

* Forma sócio-política – verifica a equação saber-poder, investigando o controle do saber pelo poder, na crítica das ideologias, e questionando o poder da ciência e da tecnologia, na criação de um estilo de vida, novo e original, para o homem do nosso tempo.

2.2.2 FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Dotada de muitas expressões, a Filosofia, em sua própria essência, é reflexão, ou seja, é pensar, repensar, ir e voltar, até que se esgotem todas as possibilidades. É a procura da verdade, não estática, mas em constante movimento, pois o homem, assim o é. Estuda o

passado para compreender leis, de modo a resolver problemas da existência humana; revela o conjunto contextualizado e o objeto de estudo do ponto de vista da totalidade. Filosofia segundo Brameld (1977) apud Alvarenga (1995, p.20) é “o estudo do significado da linguagem que utilizamos; o seu objetivo é garantir que uma determinada palavra signifique aquilo que presumimos que ela signifique”.

Para que um pensamento seja considerado filosófico, é necessário, uma atuação reflexiva não basta apenas refletir, estudar, diferenciando-se do senso comum.

Para Saviani (1985, p.30), esse proceder consiste em ser a reflexão radical, rigorosa e de conjunto, traduzido em profundidade, método e contexto, respectivamente.

Do ponto de vista educacional, a Filosofia compreende a educação em sua totalidade e o homem e sua natureza, enquanto fim a que se destina a educação. O homem, a sociedade e a realidade são partes fragmentadas de um mesmo conhecimento, a verdade.

Furter (1971) apud Alvarenga (1995, p.20), chama atenção para os problemas filosóficos que surgem em diferentes disciplinas e que podem ser abordados pela interdisciplinaridade, como é o caso da Economia.

A Filosofia e a Economia possuem como denominador comum o fator humano, considerado como “chave do desenvolvimento” de uma nação. De acordo com a história, o homem aspirava, mediante a educação, à possibilidade de ascensão social, o que, conseqüentemente, significava melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar, principalmente no plano econômico.

Medeiros et al. (1980, p.34), ao analisarem o valor econômico da educação, salientam que, segundo os economistas educacionais, “a educação e o mercado de trabalho, entregues a si mesmos, estarão em desequilíbrio, havendo, por conseguinte, excesso e escassez de mão-de-obra, o que é prejudicial ao desenvolvimento econômico” Afirmam, ainda, que:

Para conseguir um equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra torna-se necessário um planejamento educacional que leve em conta a relação fundamental existente entre a educação, a economia e a sociedade (MEDEIROS et al. 1980, p.34).

Por meio desta, como de outras maneiras de explicitar as relações entre Economia e Filosofia, pode-se perceber a importância de estudos que consideram não só as necessidades da modernização e da industrialização, mas também as aspirações dos indivíduos e da sociedade, não reduzindo, conseqüentemente, a atividade econômica à simples troca de mercadorias. Nesse sentido, Durkheim, (1978, p.89) afirma que:

Qualquer que seja o aspecto sob que a educação se exime, ela se nos apresenta, sempre, com as mesmas características. Quer se trate dos fins a que vise, quer se trate dos meios que empregue, é sempre às necessidades sociais que ela atende; são idéias e sentimentos coletivos o que ela exprime.

A educação pode ser considerada, no sentido lato, como a aprendizagem pela experiência, e no técnico, como aprendizagem transmitida por herança cultural, por meio de instituições como escolas em geral, ONGs, entre outras. A educação é, ainda, um produto e a instrução recebida, (propedêutica e/ou técnica), um processo, o ato de educar ou educar-se.

A Filosofia da Educação é também considerada por Saviani (1980, p.15) em dois sentidos: como reflexivo, sobre a problemática da realidade educacional, e como produto, em que é visualizada como “concepção razoavelmente articulada à luz da qual se interpreta e, ou, se busca imprimir determinado rumo ao processo educativo”.

A cerca dos papéis da Filosofia da Educação no mundo contemporâneo, é bem expressivo o texto que segue:

Parece que atualmente a Filosofia da Educação não “determina” os fins da educação, mas examina as finalidades educativas partindo primeiramente da própria análise da linguagem educativa. Depois de a precisar, pretende relacioná-la com a prática pedagógica concreta no marco dos valores, atitudes e da moral. Neste caso, a Filosofia assume um papel instrumental de regulamentação, construtiva e crítica. Partir das dúvidas, estabelecer prováveis soluções racionais que possibilitem novos modelos educativos que integrem devidamente os indivíduos na sociedade. Será uma interação constante com a prática pedagógica que se deseja eficaz com sucesso. Contudo isto pode levar-nos apenas a uma “declaração de boas intenções”, as quais não trazem nenhum elemento otimizador à educação (MARTINS (1993) apud ALVARENGA (1995, p.23)

No campo das Ciências Humanas, encontram-se três orientações metodológicas: o método dialético (1850), o método fenomenológico (1900) e o método estruturalista (1950).

O método dialético baseia-se na própria realidade, tem sua existência na bipolaridade e na contraditoriedade, como nos jogos de oximoros. Apoiado no conflito em que tese-antítese-síntese representam uma categoria analítica de compreensão das mudanças dos problemas, busca nesta tríade as respostas aos múltiplos questionamentos do “agir” humano.

Na linha do socialismo, o método dialético tem como representantes entre outros, Hegel e Marx, na Filosofia, e Paulo Freire, Demerval Saviani e Moacir Gadotti, na Pedagogia Brasileira.

Nesse intento e nessa linha metodológica (concepção histórico-crítica), mais adstrito ao pensamento de Demerval Saviani, que confronta o contexto histórico, social e político com o pensamento filosófico e pedagógico que emana da educação na sociedade brasileira, pretende seguir, como referência ao conjunto analítico das filosofias da educação, seu discurso das concepções fundamentais filosóficas e sua inter-relação com a teoria e pedagogia.

Sendo várias as linhas metodológicas da Filosofia da Educação, são muitos os autores, teóricos e filósofos, que discutem e refletem sobre o tema abordado, formalizando correntes de pensamento, expressões e escolas que compõem a malha científica do “saber”.

Para Saviani (1991, p.22), a Filosofia da Educação utiliza a seguinte divisão: humanista tradicional, moderna, analítica e dialética.

A Concepção Humanista é um conjunto de correntes que entende a educação como “derivada de uma visão de homem”. A Tradicional possui “visão essencialista de homem”, em que a educação “deveria conformar-se à essência humana, imutável”. O homem é considerado um ser adulto, completo, ao passo que a criança, incompleta. A educação é centrada no “educador, no intelecto, no conhecimento”. Nesses termos, distinguem-se duas vertentes: a religiosa (tomismo e neotomismo) e a leiga (intelectualismo de Herbart) (Saviani, 1991, p.24).

A Concepção Moderna, por sua vez, apresenta correntes como Pragmatismo, Vitalismo, Historicismo, Existencialismo e Fenomenologia, tendo a “visão de homem centrada na existência, na vida, na atividade”, e a “natureza humana mutável, determinada pela existência”. O homem adulto é considerado “completo desde o nascimento e inacabado até morrer”. A educação é centrada na “criança, (educando), na vida, na atividade” (Saviani, 1991, p.18).

A Concepção Analítica da Filosofia da Educação também denomina-se Análise Informal ou Lógica Informal. “Não explicita uma visão de homem”, mas pretende que sua tarefa seja a análise lógica de linguagem educacional. Nas palavras de Saviani (1991, p.26), “a análise informal postula que o significado de uma palavra só pode ser determinado em função do contexto em que é utilizada”. Ressalta, ainda, que “trata-se do contexto lingüístico, e não do contexto sócio-econômico-político, ou, numa palavra, histórico”.

A Concepção Dialética da Educação interessa-se pelo homem concreto, “homem como conjunto das relações sociais”. Saviani (1991, p.27) “considera que a tarefa da Filosofia da Educação é explicitar os problemas educacionais”. Entende, contudo, “que os problemas educacionais não podem ser compreendidos senão por referência ao contexto (histórico) em que estão inseridos”.

Apresenta, então, o que se concebe “mais próximo do movimento histórico real”, esquematizado na periodização das tendências e correntes da educação brasileira:

- Até 1930: predomínio da tendência humanista tradicional.
- De 1939 a 1945: equilíbrio entre as tendências humanistas tradicionais e humanistas modernas.
- De 1945 a 1960: predomínio da tendência humanista moderna.
- De 1960 a 1968: crise na tendência humanista moderna e articulação da tendência tecnicista.
- A partir de 1968: predomínio da tendência tecnicista e, concomitantemente, emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que busca implementá-la (Saviani, 1991, p.33).

Alternando a atenção para a questão da teoria educacional, Saviani (1986, p.7), apresenta uma análise do ponto de vista da marginalidade, em que se classifica a teoria educacional em dois grupos: em um, “aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade” e, em outro grupo, as teorias que “entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização”.

O fato de ser referenciada a questão da marginalidade no contexto teórico da educação, não descarta a intenção aqui de apenas traçar um perfil das principais teorias da educação brasileira, seguindo o pensamento de Demerval Saviani, como diretriz metodológica para análise dos dados.

Denominadas Não-Críticas, as teorias do primeiro grupo envolvem a Pedagogia Tradicional, Nova e Tecnicista, ao passo que as teorias Crítico-Reprodutivistas, segundo grupo, abrangem o ensino enquanto violência simbólica, a escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e a escola dualista.

A Pedagogia Tradicional, também chamada de Escola Tradicional, servia como “antídoto à ignorância”; o formalismo da didática tradicional foi à busca de método único, capaz de ensinar “tudo a todos”. É uma abordagem focada fundamentalmente nos conteúdos.

A escola centrada no professor “transmite, segundo uma organização lógica, o acervo cultural aos alunos”. O educador é o centro da decisão do processo educativo, aquele que detém o saber, tem sua autoridade garantida. A relação professor-aluno é de obediência ao mestre.

Ao aluno cabia assimilar os conhecimentos que lhe eram transmitidos; ouve informações gerais nas situações particulares, os conteúdos são apresentados de forma

acabada, à aprendizagem é receptiva e automática, não mobilizando a atividade mental, tampouco, o desenvolvimento da capacidade intelectual do educando.

A Pedagogia Renovada Progressista – Escola Nova - surgiu em meio às críticas elaboradas à pedagogia tradicional, as quais se delinearam em um grande movimento conhecido como “escolanovismo”, preconiza o formalismo subjetivista. Deslocou-se o “eixo da questão pedagógica do intelecto para o psicológico”. Trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender.

No modelo “aprender fazendo”, a relação professor-aluno mostra que o papel do professor é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo do discente.

Segundo Lopes (1984, p.25), “as idéias de liberdade, individualidade e atividades” compõem o tripé da nova escola”:

A escola nova vai formar a individualidade humana reconhecendo-a em um ambiente de liberdade por meio de atividades. A liberdade se confunde com a democracia: ensinando a liberdade e a convivência democrática acreditava-se preparar a criança para o repúdio a qualquer forma de tirania ou ditadura (LOPES, 1984, p. 25).

“Objetivo e operacionalização” deveriam constituir o processo educativo da Pedagogia Tecnicista. O elemento central passa a ser não o aluno e o professor, como anteriormente, mas a “organização racional dos meios”, buscando sempre a eficiência (Saviani, 1986, p.11).

O formalismo reprodutivista da didática tecnicista supervaloriza os conteúdos técnico-profissional, o “saber pronto”, enfatiza o “saber-fazer”, privilegia o “saber-técnico”, os métodos individualizantes na obtenção do conhecimento, tudo previsto, organizado por uma equipe de comando.

O tecnicismo pedagógico, penetrou nos meios educacionais a partir dos anos 50, do século próximo passado, e representa a introdução do modelo capitalista empresarial nas escolas.

Este modelo pedagógico tem como função modelar a educação, modificar e adaptar o indivíduo à sociedade. Cujo modelo de escola deve ser um sistema social harmonioso, atuando no aperfeiçoamento da ordem social vigente, articulando-se diretamente com o sistema produtivo.

Preocupa-se essencialmente com a formação técnico-profissional, voltada exclusivamente para o mercado de trabalho, a serviço do capital.

Com esse perfil, foi concebida a pedagogia tecnicista. Segundo Kuenzer e Machado (1984, p.29), o interesse que privilegiou a tecnologia educacional, introduzida e desencadeada no Brasil no final da década de 60, adveio da baixa produtividade do sistema escolar:

Isto porque o produto inadequado do sistema escolar era apontado como responsável, por um lado, pela baixa qualificação da mão-de-obra, e, portanto, pela desigualdade de distribuição de renda, e, por outro, pelo despreparo das massas para o processo político (KUENZER e MACHADO, 1984, p.29).

A teoria do sistema de ensino, enquanto violência, seria a de reproduzir as desigualdades sociais e a cultura dominante. Por meio da reprodução cultural, que se reforça o poder simbólico da reprodução contínua, a educação contribui, especificamente, para a reprodução social.

A teoria da Escola, enquanto Aparelho Ideológico de Estado (AIE), é proposta por Althusser (1971). Sua argumentação baseia-se na existência de uma ideologia incutida em

uma prática material, explicitando as reproduções das relações de produção. A força produtiva, por ele considerada, reproduz-se em nível de classes. O autor afirma que estas são mantidas “pela superestrutura ideológica e jurídico-política”:

É garantida, na maior parte, pelo exercício do poder do Estado nos aparelhos do Estado, por um lado, o aparelho (repressivo) do Estado, por outro, os Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1971, p.148).

Além do que se denominou de Aparelho Repressivo de Estado, que envolvem o Governo, a Administração, o Exército e a Polícia, são ainda distintos os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE): religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e cultural.

Dos princípios propostos por Althusser (1971), abstrai-se o indivíduo.

O indivíduo é interpretado como sujeito (livre), a fim de se submeter livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, a fim de (livremente) aceitar sua sujeição (...) Não há sujeitos a não ser para e pela sua sujeição (ALTHUSSER, 1971, p.169).

Dessa forma, o Aparelho Ideológico Escolar é considerado como aparelho dominante. “Vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista” (Saviani, 1986, p.27).

A Teoria da Escola Dualista preconiza uma escola dividida em duas grandes redes, que correspondem à burguesia e ao proletariado, como a própria divisão da sociedade capitalista. Nessa teoria, é retomado o conceito de Althusser (1971), definindo-se o aparelho escolar como “unidade contraditória de duas redes de escolarização” (Saviani, 1986, p.29).

A Escola, aparelho ideológico dominante, nesse ângulo, contribui com a formação da força de trabalho concomitante com a manutenção de uma ideologia burguesa, que tem “sua origem e existência fora da escola,(...), nas massas operárias e organizações”. Sua missão seria, além de “reforçar e legitimar a marginalidade” socialmente produzida, a de “impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária” (Saviani 1986, p.33).

A natureza dos conhecimentos teóricos apresentados ao longo do desenvolvimento das sociedades, diversificados e culturalmente dispersos, influi na concepção filosófica educacional, no âmbito do fazer pedagógico, margeado, construído e delineado por fatores derivados das pressões sociais.

Em uma visão simplificada da História, percebe-se claramente que a questão educacional está estritamente vinculada à estrutura de valores que prevalece na sociedade ou no seio dos grupos que a compõem.

Nesse sentido, Saviani (1985, p.39) afirma:

A reflexão sobre os problemas educacionais inevitavelmente nos levará à questão dos valores. Com efeito, se esses problemas traduzem a necessidade de reformulação da ação, torna-se necessário saber o que se visa com essa ação, ou seja, quais são seus objetivos. E determinar objetivos implica definir prioridades, decidir o que é válido e o que não é válido. Além disso – todos concordam – a educação visa ao homem: na verdade, que sentido terá a educação se não estiver voltada para a promoção do homem? (...) (SAVIANI, 1985, p.39).

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

2.3.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Historicamente, a educação profissional brasileira teve sua origem na educação e trabalho entre os povos nativos, cujas práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades exercidas.

Segundo Brandão (1985) apud Manfredi (2003, p.66), os mais velhos faziam e ensinavam, e os mais novos observavam, repetiam e aprendiam.

No Brasil Colônia, os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos, foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas oficinas” para artesãos e demais ofícios. Os jesuítas, além de terem desempenhado na educação indígena, também construíram escolas para os colonizadores, particularmente para a elite.

No início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil torna-se sede do reino português. A partir de então, inicia-se uma atividade de empreendimentos industriais estatais e privados. Ao mesmo tempo, ocorreu a formação do Estado Nacional, e, conseqüentemente, a constituição do aparelho educacional. Paralelamente à construção do Sistema Escolar Público, o estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior.

Portanto, a Educação Profissional durante o Império, ora partiam de associações civis religiosas e/ou filantrópicas, ora estatais. A preparação para os ofícios manufatureiros era ministrada nas academias militares, em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios.

Entre 1840 e 1856 foram fundadas as Casas de Educandos Artífices, destinadas às crianças e jovens em estado de mendicância, que além da educação primária, aprendiam diversos ofícios. Tais Casas, mantidas pelo Estado, eram vistas mais como obras de caridade aos “órfãos e desvalidos da sorte” do que como instituição educacional.

No início do século XX, o Governo Republicano de Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de dezembro de 1909, criou as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, distribuídas nas diferentes unidades da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Estas Escolas foram o embrião do atual Sistema Nacional de Educação Tecnológica, tendo sido transformada, ao longo do tempo, nas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e mais recentemente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994).

O esforço público no sentido de preparar operários para o exercício profissional só se torna efetivo a partir de 1910, quando o ensino profissional passa a ser uma atribuição do Ministério de Indústria e Comércio, consolidando-se uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola.

Para alguns estudiosos, a década de 30 pode, realmente, ser tomada como referencial na história política da educação nacional. Nessa época, iniciava-se o processo de industrialização do país. Com a queda da bolsa de Nova Iorque e a conseqüente crise do café, era necessário o esforço de produzir mais bens de consumo, que eram até então importados. Essa fase, denominada substituição das importações, levou à criação de um maior número de escolas superiores para a formação de recursos humanos, necessários às novas exigências do processo produtivo.

Foi, contudo, na Constituição de 1937, que se tratou pela primeira vez das escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, que deveria ser cumprido com “colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos (classe produtoras), aos quais caberia

criar na esfera de sua especialidade escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados”.

A determinação constitucional de encarar o ensino vocacional e pré-vocacional como dever do Estado favoreceu a criação das Leis Orgânicas da Educação Nacional: do Ensino Secundário (1942); do Ensino Comercial (1943); do Ensino Primário, Normal e Agrícola (1946). Paralelamente, foram criados o SENAI (1942) e o SENAC (1946), visando à formação de profissionais para a indústria e o comércio.

Tais Leis Orgânicas mantinham o caráter dualista da educação ao afirmar como objetivo do Ensino Superior Normal: “formar as elites condutoras do país”, cabendo ao Ensino Profissional oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”.

Somente a partir do fim do Estado Novo, em 1945, com a entrada das massas no cenário político, que se tornou possível à quebra da estrutura dual. Uma série de leis, decretos e portarias, de 1950 a 1960, constituiu um avanço na tentativa de unificação dos dois segmentos do sistema educacional. Essa unificação, entretanto, só se concretizaria no início dos anos 60.

A Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, promulgada num cenário marcado por pressões das camadas médias por educação, representariam uma estratégia governamental no sentido de conter a forte demanda por ensino superior. Nesse sentido, a referida Lei, em nome da necessidade de formação de técnicos de nível médio, atribui ao ensino de 2º grau um caráter de profissionalização compulsória. O fracasso da profissionalização universal compulsória do ensino do 2º grau culminou com a promulgação, em 18 de outubro de 1982, da Lei nº 7.044, que extinguiu a obrigatoriedade da habilitação profissional nesse nível de ensino.

2.3.2 A REFORMA DO ENSINO NOS ANOS 90

Na tentativa de uma escolaridade básica mais prolongada, e a proposta de uma educação profissional mais abrangente e, portanto, para além do adestramento nas técnicas de trabalho, uma outra tendência generalizada nas políticas de educação profissional refere-se à opção por uma organização curricular como foco no desenvolvimento de competências profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, confirma essas tendências, na medida em que afirma o propósito de estender ao poder público a obrigatoriedade de oferta de ensino médio com direito de cidadania.

Segundo Kuenzer (1995), no Brasil, sob recomendação do Banco Mundial, o poder público deve priorizar investimentos no ensino fundamental de curta duração e baixo custo. No que concerne às ações de educação profissional, considerada processo prolongado e caro, a recomendação é de que sejam repassadas, progressivamente, para a esfera privada.

Na percepção de Kuenzer (1995), os instrumentos legais que regulamentam a educação nacional, ao tratarem em separado o ensino básico e médio e o ensino profissional, instituíram dois sistemas paralelos de educação no país. Desse modo, diz a autora, “restabelecem-se as duas trajetórias sem equivalência, negando-se a construção da integração entre educação geral e educação para o trabalho, que vinha historicamente se processando nas instituições responsáveis pela educação profissional, certamente mais orgânica à nova realidade da vida social e produtiva”.

A educação profissional se constitui como uma modalidade de ensino, independente, porém articulada com a educação básica, podendo se organizar em cursos básicos, técnicos e tecnológicos, de acordo com o nível de exigência das competências e da qualificação dos

egressos, da densidade do currículo e da carga horária. Não deve ser tratada como um simples instrumento de política assistencialista, ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

CAPÍTULO II
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

RESUMO

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Capítulo II: Trabalho e Empreendedorismo**. 11 p. da Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2006.

O capítulo II está focado no trabalho e no empreendedorismo. Demonstra a importância do trabalho como uma das bases fundadoras da economia de qualquer sociedade e, que, historicamente, foi marcado por formas de dominação direta, como a servidão ou a escravidão, cuja divisão social do trabalho está na origem da formação de grupos homogêneos de pessoas e instituições. Preocupa-se com a substituição do trabalho humano pela maquinaria, prejudicial ao trabalhador, o que fatalmente derruba o rendimento bruto, fator essencial para o emprego dos trabalhadores. Evidencia os princípios tayloristas baseados no aprofundamento da divisão do trabalho como meio de aumentar a eficiência e a produtividade, traduzindo a ótica capitalista na conformação e adaptação do trabalho às necessidades de acumulação de capital. Todavia, devido à globalização no final da década de 80, com a eventual queda de fronteiras entre os países, ocasionou um declínio das organizações da classe trabalhadora. Preocupa-se com a necessidade de se criar condições para a geração de ocupação e rendimento, através do empreendedorismo, demonstrando que pessoas estimuladas podem desenvolver mentalidades e habilidades empreendedoras, tornando-se capazes de criar empresas e gerar novos empregos. Este capítulo mostra que o mundo dos negócios está mudando e que a formação profissional precisa acompanhar tais avanços, e que o trabalho apoiado no emprego tem se reduzido. Portanto, os jovens precisam aprender a desenvolver suas iniciativas empreendedoras para driblar o tão concorrido mercado. Surge a necessidade de uma pedagogia empreendedora, capaz de gerar conhecimentos por meio de saberes, sintetizados nos pilares da educação: aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Palavras chaves: empreendedorismo, taylorismo, globalização.

ABSTRACT

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Chapter II: Work and enterprising.** 11 p. Dissertation (Máster in Agricultural Education). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2006.

The Chapter II is focused on Work and Enterprising. It shows the importance of work as the basis of economy in any society, which has been marked historically by ways of domination such as slavery whose social division of work has its origin formed by homogeneous groups of people and institutions. There is a worry about the substitution of human labor by machinery, harmful to the worker, which directly reduces the gross revenue, essential to the employability of workers. It's evident that the Taylor's principles based on the deepening of work division as a way to increase efficiency and productivity, translating the capitalist optics in the conformation and adaptation of work to the necessity of accumulation of capital. Therefore, due to the globalization in the end of the 80's, with the free traffic among countries, a decline in the working class organizations were noticed. Another worry is the necessity to create the atmosphere to generate conditions for occupation, through enterprising, showing that, stimulated people can develop enterprising abilities and mentality, making them able to open up new business opportunities and creation of new positions for the work market. This chapter shows that the business world is going through a change and that the professional education should follow such advancement and that the opportunities are fewer, therefore the youths must learn how to develop their own enterprising initiatives to deal with such competitive market. The necessity of an enterprising pedagogy emerges capable of generating knowledge through the education basis: To learn how to know, learn how to do, learn how to get along and how to be.

Key words: enterprising, taylorismo and globalization.

3 A CENTRALIDADE DO TRABALHO

A importância e a centralidade do trabalho na história das civilizações humanas tem sido objeto de estudo de pesquisadores dos mais variados ramos do conhecimento. Diversas abordagens procuram compreender essa atividade social, revelando concepções diferentes sobre a natureza do trabalho.

Guedes e Rosário (2005, p.10) afirmam que:

- 1- A história do trabalho humano foi marcada por formas de dominação direta como a servidão ou a escravidão (...).
- 2- Durante a maior parte de sua existência a humanidade contou apenas com a força do seu próprio corpo, sendo a apropriação da energia de outros animais e da natureza em geral um longo aprendizado (...).
- 3- Os vínculos da informação e do conhecimento com o poder são tão antigos quanto as mais primitivas formas de sociedade humana (...).
- 4- O homem através dos tempos criou, acumulou e transmitiu conhecimentos para produzir seus próprios meios de subsistências (...).

A noção de trabalho e de suas formas concretas de execução é historicamente datada e situada, sendo, portanto, resultado de um complexo movimento de construção e reconstrução das sociedades humanas ao longo da história, conforme as variações da tríade: organização da produção; distribuição da riqueza; poder.

Dereymez (1995) apud Manfredi (2003, p.33), identifica três idéias-força que justificam a importância do trabalho como atividade central do homem:

- 1- O trabalho constitui uma das bases fundadoras da economia de qualquer sociedade, uma força social de produção de bens e serviços e uma fonte de renda e sobrevivência de grandes segmentos das populações humanas. Além de ser uma fonte de *in-come*, constitui também um instrumento de inserção social.
- 2- O trabalho é base para a estruturação de categorias sócio-profissionais, faz nascer práticas coletivas, ordena os ritmos e a qualidade de vida, enfim, determina as relações entre os diferentes grupos, classes e setores da sociedade, mediante os quais se definem parâmetros de identidade social e cultural, de cooperação, de solidariedade ou, então, de competição, de lutas e conflitos sociais.
- 3- Por causa disso, o trabalho também constitui objeto de ação e de intervenção de políticas governamentais: a regulação, o controle, a distribuição e a locação de postos de trabalho, dos locais em que se efetuam o trabalho e o não-trabalho também fazem parte da construção de normas e instituições para disciplinar e controlar seu funcionamento como atividade social. Nesse sentido, o trabalho e o não-trabalho revelam-se também um dos principais componentes das esferas políticas, das diferentes instâncias do Estado e de seus gestores.

Para Manfredi, (2003, p.34), nas sociedades primitivas agrícolas, a divisão social do trabalho dava-se em razão do gênero e da idade. O trabalho nessas sociedades, onde predominava uma “economia de subsistência”, é indissociável de seus fins e da vida social, e realizava-se pela repartição de tarefas entre homens e mulheres, adultos, jovens e crianças. Nessas sociedades, quem trabalhava decidia *o quê, como, quando e em que ritmo produzir*.

A divisão social do trabalho vai tendo mais complexidade à medida que a agricultura se desenvolve, os instrumentos e equipamentos se aperfeiçoam e as cidades se criam, levando ao desenvolvimento do artesanato. Tal desenvolvimento implica na necessidade de comercializar os produtos, e traz também uma nova divisão social do trabalho, com o surgimento de classes sociais distintas: artesãos, agricultores, guerreiros, senhores feudais, padres. Essa divisão é associada à repartição de funções sociais referentes ao domínio da produção.

Com o nascimento e progressão do capitalismo, nos séculos XV e XVI, na Europa, surgem grandes transformações econômicas e técnicas. Aparecem as noções de profissões e de especializações profissionais, tais como: ferreiro, mecânico, tecelão, comerciantes, dentre outras, decorrentes das mudanças organizativas no sistema econômico, que afetam as condições materiais de trabalho e os tipos de profissionais necessários.

Assim, fica evidente que a divisão social do trabalho está na origem da formação de grupos homogêneos de pessoas e instituições, que constituíram as corporações de ofício, substituídas, depois, pelos grupos ocupacionais. Já as profissões aparecem a partir:

(...) das preocupações com a satisfação das necessidades advindas com a transformação dos processos produtivos e da crescente complexidade e diversificação das funções de comando, de controle, de defesa e de preservação social, nas diferentes formações sociais (MANFREDI, 2003, p.39).

A partir do século XIX, as mudanças ocorridas no mundo foram rápidas e profundas. Com o advento do modo de produção capitalista oriundo da Revolução Industrial – final do século XVIII e início do século XIX – inaugura-se um novo modelo de sociedade que nasce marcada pela oposição entre capital / trabalho, onde o capital tem papel predominante. É característica intrínseca do capitalismo a oposição entre riqueza e pobreza, ou seja, de um lado os detentores do capital e dos meios de produção, e de outro os trabalhadores que vendem sua força de trabalho para gerar a mais-valia.

As transformações na organização do trabalho artesanal e o surgimento da grande indústria resultam no trabalhador assalariado. Livre dos feudos e das guildas, com o processo de industrialização que se inicia na Inglaterra (passagem do século XVIII para o século XIX) e se expande por toda Europa.

De acordo com Enguita (1989) apud Manfredi (2003, p.42), o trabalho assalariado, sob a organização capitalista, configura-se pelas seguintes características:

- a) Separação entre o trabalho manual e intelectual, havendo uma cisão entre a concepção e execução, é imanente ao processo de trabalho capitalista, pois constitui um aspecto do monopólio que o capital tem sobre o conhecimento (acúmulos gerados pela tecnologia) e o poder de projetar sistemas de produção. Só por meio da posse e da reprodução desse monopólio, pode o capital impor seus objetivos;
- b) Controle hierárquico e a disciplina são essenciais para que o capital possa alocar tarefas, impor velocidade e intensificações, punir a má qualidade e assim por diante, pois, afinal de contas, é ele que dá regras no interior do processo de trabalho. É o capital que aloca tarefas, que especifica esquemas de pagamentos e normas e que impõe penalidades para o caso de falhas. Dizer isso não significa, contudo, que as formas de controle hierárquico não possam ser modificadas e/ou transmutadas; a maioria dos trabalhadores não controla hoje a duração nem a intensidade de seu trabalho. O trabalhador assalariado deve submeter-se

aos ritmos impostos pela maquinaria, aos fluxos planejados de produção e às normas de rendimentos estabelecidas de forma limitada, pois o movimento dos preços força-o a não distanciar-se demasiadamente do calendário, do horário e do ritmo imposto por aqueles que têm menos escrúpulos em explorar a si mesmo. Ele pode, teoricamente, estabelecer seu próprio equilíbrio entre o trabalho e consumo, mas o primeiro vê-se estimulado pela concorrência, e o segundo pelas normas sociais e culturais, aproximando todos os padrões aceitos;

e) Fragmentação/desqualificação – a desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista, porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de morosidade, e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível. Assim, passa-se de um processo de trabalho variado, composto de múltiplas tarefas distintas e cuja alternância é fonte de variedade, à realização reiterada, monótona e rotineira de um reduzido número de tarefas simples. Em suma, de um tipo de trabalho que se poderia considerar como um espaço e um tempo de realização pessoal, a outro que somente pode ser aceito como um mal necessário, inevitável ou simplesmente imposto. Ao encarregar-se de parte das tarefas, simplifica o encargo do trabalhador ou que dá suporte ao mesmo desqualifica seu posto de trabalho. Esta desqualificação procede também da substituição de mão-de-obra nas tarefas que requerem maior precisão e, em geral, da eliminação prática de qualquer possibilidade de decisão no processo produtivo. Os trabalhadores assalariados, que compõem a maior parte da população chamada economicamente ativa, vêm-se inseridos em organizações produtivas com uma divisão do trabalho mais ou menos desenvolvida, para cuja conformação não se contou e nem se contará com eles. Os processos de trabalho são organizados pelos escritórios de métodos e tempos, ou, simplesmente, a critérios dos padrões e dos quadros intermediários.

Citado por Guedes e Rosário (2005), Ricardo (1982, p.340) assinala que “a substituição do trabalho humano pela maquinaria é frequentemente muito prejudicial aos interesses da classe trabalhadora”, cujo motivo básico é que ao mesmo tempo em que o rendimento líquido pode crescer, o rendimento bruto pode diminuir. Sendo que o emprego dos trabalhadores depende do rendimento bruto e, que se o Estado desencorajasse o emprego de máquinas, o capital seria levado para o exterior, causando maiores prejuízos aos trabalhadores em relação à demanda por trabalho.

É importante salientar o papel do capitalismo na divisão do trabalho e sua institucionalização por Taylor. Reproduzindo a divisão entre detentores do capital e trabalhador, está à divisão do trabalho em manual e intelectual, fazendo do trabalhador um ser parcial que não participa do processo total de produção.

Segundo GUEDES E ROSÁRIO (2005):

Os princípios tayloristas baseiam-se no aprofundamento da divisão do trabalho como meio de aumentar a eficiência e a produtividade, que por sua vez permitiram o crescimento do nível dos salários e melhorar os níveis de vida das populações. Este processo envolveu grandes investimentos em capital físico, estruturas hierárquicas nas organizações e mão-de-obra altamente disciplinada e especializada. (GUEDES E ROSÁRIO, 2005, p.13).

Frederick Winslow Taylor (1856-1915), notabilizou-se pelo estudo sistemático das condições de rendimento do trabalho industrial, afirmando a doutrina da racionalização do trabalho, designada por “Taylorismo”. Obstinado pela melhoria dos processos de trabalho, em sua obra *Princípios da Administração Científica* (1911), conhecida como *Gerência Científica*, caracteriza que o trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores.

O “Taylorismo” baseia-se no princípio da separação entre a concepção e a execução. A separação entre cérebro e mão. Ao separar o trabalho de concepção do trabalho de execução, gerou um processo de trabalho particular.

Taylor desenvolveu uma série de princípios práticos, baseados em um método experimental-empírico de separação entre o trabalho mental e o físico. Ficando o trabalhador despojado do conhecimento das potencialidades de seu próprio físico e até mesmo de sua mente.

Para alguns teóricos da Administração, a obra de Taylor está defasada. Porém seus princípios traduzem a ótica capitalista na conformação e adaptação do trabalho às necessidades de acumulação de capital.

O postulado taylorista encontra-se arraigado nas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Cefet's que refletem a concepção burguesa hegemônica de ensino técnico e/ ou profissional como sendo aquele que no primeiro momento, prepara o indivíduo para o trabalho. Outro aspecto a ser considerado, é a separação entre educação e trabalho do ponto de vista de divisão social entre os seres humanos que pensam e planejam, e aqueles que executam o trabalho.

A dualidade da escola é mantida pela concepção de mentalidades distintas, o que reflete e reforça a divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo. Isto nega ao trabalhador a possibilidade de superação dessa divisão, e também a apropriação integral do processo produtivo, o que contribuiria para a integralização do ser humano.

3.1 NOVAS TENDÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO

A globalização, sobretudo no final da década de 80, incide de forma determinante na construção de novas relações de trabalho. Uma maior integração econômica e cultural, que levaria a uma maior integração política e a eventual queda de fronteiras entre os países, a crescente mobilidade internacional do capital, acompanhando a mobilidade internacional das empresas, ocasiona também o declínio das organizações da classe trabalhadora.

Citando Alves de Carvalho (1998, p. 2), que ressalta a introdução de Novas Tecnologias de Gestão – NTG's, as quais passaram a poupar mão-de-obra e intensificar o trabalho. Pois, passou a haver uma busca acelerada pela redução de custos, para a maior competitividade, redesenhando assim, as relações de trabalho.

Houve um aumento da qualificação dos trabalhadores, tanto dos que entram, quanto dos que restam, entendidos aqui como aqueles que sobreviveram. Na organização do trabalho, houve uma mudança significativa. Este passou a ser mais flexível, assentada no trabalho em grupo, na interfuncionalidade, na capacidade de resolver problemas no processo produtivo, capacidade de criar recursos técnicos, ser criativos e ter inventividade. Atualmente, o trabalhador precisa ter habilidades operativas e as chamadas habilidades de gestão.

É possível perceber, também que, a divisão do trabalho levou as empresas a empregarem pessoas especializadas, e as especializações do trabalho apresentam-se como consequência da globalização, aumentando as exigências do mercado de trabalho (competitivo e com poucas oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra disponível).

Pelo exposto, objetiva-se fundamentar a inserção de perspectivas sócio-econômicas em interface aos conteúdos didático-pedagógicos, através da interdisciplinaridade entre as disciplinas de formação técnicas e às de formação de uma cultura empreendedora, nos jovens acadêmicos do Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, buscando conhecer sua percepção de futuros profissionais e de como pretendem se estabelecer no mercado, não apenas como força de trabalho, mas também como empreendedores capazes de gerar ocupação e renda.

3.2 EMPREENDEDORISMO / EMPREENDEDOR

Empreendedorismo é uma palavra de difícil pronúncia, porém que identifica uma atividade de capital importância no desenvolvimento das sociedades, e que nos últimos anos tem levado inúmeros especialistas a se dedicar plenamente ao aprimoramento desta atividade.

Filion (1999, p. 17) afirma que os pesquisadores do empreendedorismo concordam em dizer que a origem do conceito está nas obras de Cantilon, que era banqueiro no século XVIII, e que definia o empreendedor como aquele que comprava matéria-prima por um preço certo para revendê-la a preço incerto. Ele entendia que se o empreendedor lucrava além do esperado, isso ocorria porque ele havia inovado, fizera algo de novo e diferente.

Ao longo da história do homem, houve períodos de grandes progressos e mudanças, porém, o século XX passou por radicais transformações sociais e econômicas.

Na linha desta revolução econômica-industrial, as estruturas de produção, distribuição e concorrência, criaram um novo ambiente competitivo, com maiores exigências em velocidade, tecnologia e flexibilidade.

O investimento em recursos humanos é fundamental para atravessar a competitividade dos mercados. É fator limitante ao sucesso de qualquer empreendimento, uma gestão voltada a desenvolver pessoas com altas expectativas de desempenho e desafios profissionais. Os que investem em pessoas são os que melhor enfrentam as mudanças.

O termo moderno para o empreendedorismo é apenas força de expressão. Se dermos um passeio pela história da humanidade, vamos constatar que sempre existiram empreendedores, aqueles que tiveram uma visão e fizeram acontecer.

De acordo com Dolabela (1999b, p. 43) “o empreendedor é antes de tudo aquele que se dedica à geração de riquezas em diferentes níveis de conhecimento, iniciando e transformando conhecimento em produtos ou serviços em diferentes áreas”. E que “empreendedorismo” é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividade e o seu universo de atuação, ou seja, designa uma área de grande abrangência, além da criação de empresas bem como a geração do auto-serviço.

Empreender tem a ver com fazer diferente, antecipar-se aos fatos, implementar idéias, buscar oportunidades, criar valores, gerar empregos e colaborar para o desenvolvimento do país.

Para Kirzner (1973) apud Dornelas (2001, p.37)

Empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente (KIRZNER (1973) apud DORNELAS (2001, p.37).

Segundo o autor, “empreendedores são pessoas que querem controlar seu próprio destino, que acreditam em sua visão, que são essência de inovação no mundo e que tornam obsoletas as antigas maneiras de fazer negócios”.

No dizer de Timmons (apud Agostini et al. 2001), o empreendedorismo está ligado à criatividade e capacidade de assumir riscos:

Empreendedorismo é a habilidade de construir algo a partir praticamente do nada: fundamentalmente é algo humano e criativo. É encontrar energia pessoal para iniciar e construir uma empresa ou organização mais do que simplesmente assistir, analisar ou descrever. Fazer tal afirmação sobre tal ponto de vista requer uma voluntariedade em acalentar riscos – pessoais e financeiros – e, então, fazer todo o possível para colocar do seu lado as vantagens, reduzindo, assim as possibilidades do fracasso. (TIMMONS apud AGOSTINI et al. 2001, p.4).

Os autores demonstram que é possível montar um perfil de características empreendedoras que inclui especialmente, autoconfiança, habilidade em assumir riscos, flexibilidade, uma forte necessidade de se realizar e um desejo forte de se tornar independente.

Quadro 8: Características e Traços de Comportamentos

Características	Traços de Comportamento
Confiança	Otimismo, independência e individualidade
Orientação para tarefa / resultado	Necessidade de realização, orientação para o lucro, persistência, perseverança e determinação
Coragem para assumir riscos	Habilidade em assumir riscos e gosto por desafios
Liderança	Comportamento de líder e aberto às sugestões
Originalidade	Inovação, criatividade, flexibilidade, desembaraço, versatilidade e informação
Orientação para o futuro	Previsão, percepção e intuição

Fonte: Agostini et al. 2001

Em quase todos os conceitos, há um consenso de que o empreendedor é uma pessoa criativa marcada pela capacidade de estabelecer objetivos, com a finalidade de detectar oportunidades de negócios.

Schumpeter (1982) associou empreendedor ao conceito de inovação, apontando-o como o elemento que dispara e explica o desenvolvimento econômico. Para ele, o empreendedorismo é essencialmente um fenômeno que vem sob o aspecto maior de liderança:

O empreendedor se caracteriza pela sua capacidade de criar novas combinações de recursos produtivos, o que ocorre quando há a introdução de um novo bem econômico; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou outros insumos relevantes; estabelecimento de uma nova organização industrial (SCHUMPETER, 1982, p.146).

O surgimento do empreendedorismo no Brasil está apenas começando. Ainda não há uma clara percepção da sua importância para a nossa economia, embora muitas experiências tenham demonstrado que pessoas estimuladas podem desenvolver mentalidade e habilidades empreendedoras, tornando-se capazes de criar empresas e gerar novos empregos. A partir dos anos 90, com a reformulação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Associação para promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) foi que o empreendedorismo no país começou a tomar forma.

A título de exemplo, podemos citar que, atualmente, o Sebrae trabalha pelo desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte, promovendo cursos de capacitação, disseminando o empreendedorismo, estimulando a cooperação e o associativismo, organizando feiras e eventos de negócios que incentivam o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda, além de facilitar o acesso a serviços financeiros.

A Softex é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que atua de diversas formas, em diversas frentes, para o crescimento e difusão da indústria brasileira de software. Dentre os produtos e serviços oferecidos pela entidade através de sua rede de agentes estão, entre outros, o incentivo ao empreendedorismo e à geração de novas empresas, tais como: a Buscapé, plataforma de busca que auxilia o consumidor na decisão de compras e oferecendo informações sobre produtos, lojas e preços.

- ❖ A Riosoft, uma entidade criada em 1993, a partir do Programa Softex 2000, com a aglutinação de interesses da classe empresarial atuante em tecnologia da informação, aliada à vontade política da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, contando ainda com o apoio do Sebrae-RJ, entre outros.

A Softex, através do Projeto SoftStart apóia a cultura do empreendedorismo desde 1996, através de treinamento de professores para a implantação da disciplina “Empreendedor em Informática” em departamentos acadêmicos de computação e áreas afins em todo país.

Desenvolvido em estrita parceria com o Agente Softex de Belo Horizonte (Fumsoft), o projeto já capacitou mais de 400 (quatrocentos) professores. Atualmente, cerca de 100 (cem) instituições brasileiras já oferecem esta disciplina em sua grade curricular, beneficiando mais de 4 (quatro) mil alunos.

3.3 ENSINANDO A EMPREENDER

Será que um empreendedor já nasce pronto? Será que apenas suas características comportamentais levarão o empreendedor a ter sucesso? O que realmente leva uma pessoa a empreender?

O mundo dos negócios está mudando, e a formação profissional precisa acompanhar estes avanços. O trabalho apoiado no emprego tem se reduzido. Até porque o processo de industrialização assumiu novos padrões. No entanto, muitas escolas ainda formam pessoas para esta realidade de emprego, que não existe mais.

Nossos jovens precisam aprender a desenvolver suas iniciativas empreendedoras, ferramentas capazes de driblar o tão concorrido mercado. E é aí que a figura do professor entra em cena: como principal colaborador deste processo.

No ano de 2004, o Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria como o Sebrae, iniciou o Programa Jovem Empreendedor, com o objetivo de capacitar jovens na faixa etária de 16 a 24 anos para desenvolver atividades empreendedoras.

O Programa Jovem Empreendedor é uma ação no âmbito do Programa Primeiro Emprego, que busca estimular o surgimento de pequenos negócios de jovens, com vistas à criação de oportunidades de ocupação e renda, tendo o Sebrae como o parceiro responsável por capacitar, elaborar Planos de Negócios e assessorar os jovens empreendedores.

As Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) são responsáveis pelos Comitês de Créditos, e as instituições financeiras federais são responsáveis pela contratação dos financiamentos.

O público alvo são jovens de 16 a 24 anos, em situação de desemprego, integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, que estejam freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio.

O referido programa tem como objetivo criar oportunidades de geração de ocupação e renda para jovens de camadas menos favorecidas da população, através do estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios.

Ligados a essas mudanças e à necessidade de incentivar e semear o empreendedorismo, os professores podem unir forças para levar estes conceitos para as salas de aulas. Esta prática deve passar por todas as áreas de conhecimento: ciências humanas, agrárias, exatas, sociais, entre outras. Neste processo, os professores exercem um papel importante. E é na sala de aula que esse estímulo acontece. Além de formador inserir em sua disciplina a prática empreendedora.

Portanto, o ensinamento de empreendedorismo é possível. O segredo do aprender a empreender está no próprio aluno, desenvolver suas características e habilidades. Convém lembrar que características e habilidades só têm uma maneira para desenvolvê-las; é colocá-las em prática.

O papel do empreendedor foi sempre fundamental na sociedade. Então, por que o ensino do empreendedorismo está se intensificando agora? O que é diferente do passado? Ora, o que é diferente é que o avanço tecnológico tem sido de tal ordem, que requer um número maior de empreendedores. A economia e os meios de produção e serviços também se sofisticaram, de forma que hoje existe a necessidade de formalizar conhecimentos que eram obtidos empiricamente no passado. Portanto, a ênfase em empreendedorismo surge muito mais como conseqüência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não é apenas modismo.

Hoje em dia, acredita-se que o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa, e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia-a-dia de seu empreendimento.

Entre nós, a cultura do emprego provoca delírios. Sem emprego, a sensação é de que falta ar, mesmo com abundância de trabalho. A grande mudança não é percebida: indivíduos (e também cidades) estão agora diante da necessidade de identificar oportunidades e transformá-las em atividades econômicas sustentáveis.

O professor Fernando Dolabela, autor da obra: *Pedagogia Empreendedora* (2003), através de uma linguagem simples, clara na comunicação de seus conteúdos apóia-se em ferramentas auxiliares no processo de construção de conhecimento, que preparam o aluno para sonhar e buscar a realização do sonho, e que constituem o sistema de atividades usado pelo empreendedor para realizar seu trabalho.

A *Pedagogia Empreendedora* é uma estratégia destinada a dotar o indivíduo de graus crescentes de liberdade para fazer sua escolha, cuja metodologia baseia-se em duas perguntas: qual é o seu sonho e o que você pode fazer para realizá-lo?. Ora, essas perguntas, por mais óbvias que sejam, não são feitas nas escolas do Brasil nem tampouco em casa, pelos pais.

O autor preconiza que o empreendedor, em qualquer área, “é alguém que sonha e busca transformar o seu sonho em realidade”.

Dolabela pretende levar para o ensino básico uma proposta capaz de “semear o empreendedorismo, o espírito de aprender a empreender, de tomar o destino nas próprias mãos”, conforme sintetiza Gilberto Dimenstein no prefácio da referida obra.

Empreender, na proposta apresentada é o mesmo que:

Modificar a realidade para obter a auto-realização e oferecer valores positivos para a coletividade. Significa engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de idéias, conhecimentos, teorias, artes e filosofia (DOLABELA, 2003, p.29).

No seu discurso, Dolabela (2003) diz que, o empreendedor é capaz de gerar novos conhecimentos por meio de “saberes” sintetizados nos pilares da educação: aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Além de reconhecer que todos podem ser empreendedores e que a educação é o processo que faz aflorar esta condição. A “Teoria Empreendedora dos Sonhos”, propõe conceitos diferentes de sucesso e fracasso, na medida em que entende que o sucesso está no processo de busca, e não na realização, e o fracasso existe somente na desistência. Ao relacionar o resultado da atividade empreendedora aos sonhos, visões e desejos da sociedade e do empreendedor, o empreendimento pode ser visto como um instrumento auxiliar na construção da liberdade. O empreendedorismo é essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico. Deve ser visto, também, como um instrumento de realização de sonhos coletivos, de desejos sociais e de geração de resultados que provoquem benefícios para todos.

Torna-se evidente a vocação para o empreendedor coletivo como alguém capaz de contribuir para que uma unidade formule o seu sonho e busque sua realização. Cujo sonho é prover o bem estar da coletividade e a melhoria das condições de todos. O empreendedor coletivo busca a criação de Capital Social, como instrumento provocador de mudanças que conduzem à sustentabilidade, à auto-suficiência, criando condições de protagonismo através de cooperação, na construção solidária de desenvolvimento.

Para Paul Singer, um dos principais propositores da economia solidária como um outro modo de produzir, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Evidencia que devemos preparar adequadamente nossos jovens para o desenvolvimento de novos e pequenos negócios, tipicamente dirigidos por proprietários-gerentes ou empreendedores-proprietários, como forma alternativa de inclusão social, de geração de trabalho e renda no combate ao desemprego e à pobreza. Afirma ainda, que o cooperativismo e o associativismo surgem como aliados no combate ao

desemprego; discorre também sobre as perspectivas da economia solidária no Brasil a partir de dois horizontes temporais: de longo e de curto prazos. Considera que, nos próximos 10 anos, deve haver uma multiplicação dos empreendimentos autogestionados:

O principal instrumento da chamada “economia solidária” tem sido a empresa cooperativa, que consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária, ou seja, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões. Uma cooperativa não visa ao lucro: todos os participantes são sócios e têm direito a voto nas decisões e nas eleições de sua diretoria. Além disso, não existe o vínculo empregatício, os ganhos são repartidos de forma igualitária e não existe a figura dos donos dos meios de produção (SINGER 2002, p. 26).

Singer conceitua economia solidária como empresas que organizam socialmente a atividade produtiva, de forma democrática e igualitária, compostas por trabalhadores que são capitalistas, e os capitalistas são os trabalhadores, não havendo separação entre a propriedade e o trabalho. Democraticamente, pratica-se a autogestão, cuja administração é exercida por todos que trabalham nela.

A economia solidária contrapõe-se de sobremaneira à economia capitalista. Sendo a segunda extremamente autocrática, cujo poder está na propriedade ou em quem a representa, e, a primeira elimina essa divisão de classes, para, a partir daí, criar uma economia não capitalista, onde todos participam e são associados por igual.

Para Singer, o cooperativismo apresenta-se como uma das formas geradora de ocupação e rendimento, democraticamente. A sociedade cooperativa é uma entidade jurídica de direito privado e, por ser uma sociedade de pessoas com características próprias, diferencia-se das demais sociedades em aspectos relevantes, tais como: o capital é variável de acordo com o ingresso e movimentação de sua atividade; é uma sociedade que não visa lucro e cujos resultados retornam ao sócio; cada sócio tem direito a um voto; é regida por lei específica, estatuto social e assembleias gerais soberanas.

Um importante instrumento da economia solidária é o cooperativismo de trabalho; uma ação rápida de resposta na geração de trabalho, na distribuição eqüitativa de renda e na solução social da sociedade menos favorecida. Destaca-se pela interação entre a mão-de-obra e o mercado; busca proteger a riqueza desta mão-de-obra, garantindo-lhe participação ampla nos resultados advindos da atividade econômica.

No ano de 1999, a Igreja Católica, através da CNBB, cuja Campanha da Fraternidade teve como tema “Por que o Desemprego”, a economia solidária tornou-se uma das mais importantes alternativas ao desemprego.

CAPÍTULO III
MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

RESUMO

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Capítulo III: Métodos e Procedimentos da Pesquisa.** 13 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este capítulo descreve as técnicas utilizadas para a pesquisa, idealizada em quatro momentos, para que fosse possível atingir os objetivos previamente estabelecidos. Foram definidos os aspectos do método, que abrangem: a caracterização e estratégia da pesquisa, a importância e a composição da amostra, bem como os instrumentos da coleta de dados. A Pesquisa Bibliográfica teve como caráter elaborar fundamentos que imprimissem a coerência e a estruturação da dissertação, a partir da revisão de literatura, por intermédio de leituras de materiais já publicados. Um breve relato mostra as tendências pedagógicas do ensino técnico agrícola no município mineiro de Barbacena, oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG. Enfoca o período compreendido entre os anos de 1973 a 1987, cuja metodologia de ensino profissionalizante baseava-se no sistema escola-fazenda, implantado pela COAGRI, arraigado nos princípios “aprender a fazer e fazer para aprender”, predominante no ensino técnico até os dias atuais. O capítulo III, demonstra a importância do agronegócio para a economia, e traça algumas considerações sobre o complexo agroindustrial. Apresenta também a Pesquisa Descritiva, realizada através de questionamentos enviados para 75 (setenta e cinco) egressos, residentes em Barbacena e região, com o propósito de coletar dados. Destes, 41 (quarenta e um) respondentes retornaram os questionários com suas opiniões e sugestões. Através de tabelas e figuras, percebe-se a necessidade de reformulação no curso técnico em agroindústria, associando a interdisciplinaridade dos conteúdos socioeconômicos aos didáticos operacionais.

Palavras chaves: Pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, interdisciplinaridade.

ABSTRACT

PAVANI, Paulo Orlando de Castro. **Chapter III: Methods and Procedures of the Research.** 13 p. Dissertation (Máster in Agricultural Education) Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. RJ. 2006.

This chapter describes the techniques used for the research, first thought in four moments so that the previously established goals could be reached. The aspects of the method that include characterization and strategy of the research were defined, the importance of composition of the sample, as well as the tools used in the collecting of data. The Bibliographic Research was based on the idea of elaborating the fundamental basis to assure coherence, and the dissertation's structure from the literature review through the reading of already published articles. A brief comment shows the pedagogical tendencies of the agricultural technical education in the municipality of Barbacena, offered by the Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG. It's focused in the period 1973 to 1987, which has as it's professional education methodology the farm-School, creating COAGRI, rooted in the principles of "Learn how to do and do to learn", predominant in the technical education up until nowadays. Chapter III, shows the importance of the agro business for the economy and makes some parallels about the agro industrial complex. In the descriptive research done through questionnaires sent to 75 (seventy five) egresses who live in Barbacena and surroundings with the purpose of collecting data. Out of this amount , 41 (forty one) returned their questionnaires with their opinions and suggestions. Through the graphs and figures we can notice the necessity of a redesigned agricultural technical course associating socio-economic contents to the operational didactics.

Key words: Bibliographic research, descriptive research and inter-disciplinary

4 TÉCNICAS UTILIZADAS PARA PESQUISA

Centrada no Curso Técnico em Agroindústria oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, a presente pesquisa evidencia a inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo, através da inserção de conhecimentos sócio-econômicos em interface aos operacionais didático-pedagógicos, por meio da interdisciplinaridade entre as disciplinas de formação técnica e as de cultura empreendedora para a construção de um novo perfil profissional dos futuros técnicos.

Procurou-se sistematizar, metodologicamente, o método e a técnica de pesquisa, em quatro momentos, assim pressupostos:

1º momento - Levantamento da documentação histórica da evolução do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, e a implantação do Curso Técnico em Agroindústria (nosso objeto de estudo), bem como sua grade curricular

2º momento - Levantamento do Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000 do município de Barbacena-MG.

3º momento - Investigação documental, através da revisão de literatura, de cunho bibliográfico, sobre os modelos educacionais: propedêutico e profissional, vigentes no decorrer da evolução do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.

4º momento – Investigação documental, através da revisão de literatura, de cunho bibliográfico, sobre os estudos relacionados com trabalho e empreendedorismo.

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho são baseados em pesquisas de caráter bibliográfica e descritiva.

O conhecimento científico busca descrever e classificar as informações disponíveis em nosso meio, transformando a informação em conhecimento agregado. O referencial teórico utilizado, conduz a uma reflexão e construção de uma ferramenta, que possa mensurar os estágios, por um desenvolvimento progressivo dos acontecimentos, baseados na sustentabilidade dos fatos.

Para que fosse possível atingir os objetivos estabelecidos, foram definidos aspectos do método, que abrangem: a caracterização e estratégia da pesquisa, importância e a composição da amostra e os instrumentos da coleta de dados.

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A Pesquisa Bibliográfica teve como caráter elaborar fundamentos que imprimissem a coerência e a estruturação da dissertação, a partir da revisão de literatura, por meio de leituras de materiais já publicados.

Inicialmente, a preocupação não é apenas resgatar uma documentação e reconstituí-la. É, primordialmente, desvendá-la pela compreensão e interpretação dos processos de evolução da trajetória histórica do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, objetivando instituir um novo modelo de capacitação para os cursos técnicos, especificamente, como projeto piloto, no Curso Técnico em Agroindústria, nosso foco central.

Renomados historiadores afirmam que a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em documentos, que ganham nova dimensão num certo tempo.

A pesquisa histórica, por meio de documentos escritos, possibilita o acesso a uma fonte rica e estável na construção real de elucidar os pressupostos suscitados e, principalmente, na conquista de novos objetivos.

O estudo histórico manifesta-se pelo exercício de práticas reflexivas acerca do pensamento humano. Barros et al. (1993, p.15) afirmam que: “o exercício da memória é o

exercício da lembrança, que, por sua vez, é o exercício do pensamento – característica fundamental do homem”.

4.1.1 BREVE RELATO SOBRE AS TENDÊNCIAS E PEDAGOGIAS DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA-MG.

No ano de 1909, o Presidente Nilo Peçanha instituiu no Brasil a formação profissional sob a responsabilidade do Estado, através das 19 (dezenove) escolas de artes e ofícios, nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas agrotécnicas federais e estaduais. Tais escolas, antes de atender às demandas incipientes de um desenvolvimento industrial quase inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua.

Um ano após, o mesmo presidente, pelo Decreto nº 8.358, de 09 de novembro de 1910, criou em Minas Gerais, o Aprendizado Agrícola de Barbacena, a primeira escola de ensino agrícola do Brasil, com a finalidade de ensinar pelo e para o trabalho os filhos, órfãos ou não, de pequenos agricultores.

Como instituição oficial, estruturou-se sob a égide da “Pedagogia do Trabalho”, construída pelo paradigma taylorista-fordista, cuja finalidade é atender a uma divisão social e técnica do trabalho, formando mão-de-obra para o mercado rural e/ou urbano.

Adequou-se a todos os modelos didático-pedagógicos, sempre de caráter tecnicista, impostos pelo poder público federal. Evoluía e retrocedia de acordo com as propostas e projetos sobre a educação profissional, determinadas pelas Reformas, Leis Orgânicas e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cada qual pautada por interesses políticos e pessoais a serviço do capital.

Com o advento da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, sancionada pelo Decreto nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, o seu Artigo 1º define:

Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura.

A partir de então, a Escola Agrícola de Barbacena passou a oferecer o Curso de Iniciação Agrícola, destinado à preparação necessária para a execução do trabalho de operário agrícola, e o Curso de Mestria Agrícola com a finalidade de preparar para o trabalho de mestre agrícola.

Durante 14 (quatorze) anos, de 1973 a 1987, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, a exemplo das demais escolas agrotécnicas, escolas técnicas e Cefet's submeteram-se à Metodologia do Sistema Escola-Fazenda, implantada pela Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, que centralizava todas as decisões curriculares - pedagógicas e financiamentos para o ensino agrícola.

A Metodologia do Sistema Escola-Fazenda baseava-se nos princípios “aprender a fazer e fazer para aprender”, onde o aluno adquiria o conhecimento voltado, exclusivamente, para mão-de-obra, num processo de ensino-aprendizagem, conciliando: trabalho, educação e produção. Cujo objetivo era desenvolver habilidades e experiências para a fixação do conhecimento adquirido nas aulas teóricas e práticas, aprofundando a compreensão das relações estabelecidas pelo setor de produção.

O Sistema Escola-Fazenda tinha por objetivo proporcionar um modelo de ensino fundamentado no desenvolvimento de habilidades, destrezas e práticas necessárias à fixação dos conhecimentos teóricos ministrados em salas de aulas. Procurava familiarizar o aluno com as atividades que ele enfrentaria na vida real, ou seja, fora da escola. O Sistema Escola-

Fazenda estava estruturado em quatro áreas: salas de aulas; laboratórios de prática e produção; programas agrícolas orientados e cooperativa escolar agrícola. Estas quatro áreas deveriam funcionar de forma integrada e perfeitamente interligadas. O programa agrícola orientado (PAO) compunha-se de um conjunto de empreendimentos agropecuários de inteira responsabilidade e iniciativas de grupos de alunos, que recebiam orientação dos professores das disciplinas às quais os projetos se referissem.

O referido sistema utilizava dois processos distintos, que funcionavam integrados: as Unidades Educativas de Produção – (UEP) e a Cooperativa-Escola. O primeiro, representava a base fundamental do ensino agrícola, além de coordenar todos os setores produtivos, ou seja, os núcleos de produção: Agrícola, Zootécnico e Indústria Rural. Já a Cooperativa Escola, instituição de direito privado com estrutura e estatuto próprio, dirigida e administrada por diretoria formada por alunos sob, a orientação de um professor orientador, tinha por objetivo viabilizar os princípios cooperativistas, apoiando a ação educativa, realizando a comercialização do excedente da produção.

Por questão de ordem ideológica, a Metodologia do Sistema Escola-Fazenda não reconhecia as Escolas da Família-Agrícola (Pedagogia da Alternância), tampouco a Agricultura Alternativa (sem agrotóxico).

A COAGRI foi extinta em 21 de novembro de 1987, pelo Governo Sarney, face ao desmantelamento do sistema educacional proposto pela ditadura militar. Mesmo assim, a maioria das Escolas não rompeu definitivamente com o modelo pedagógico tecnicista “aprender a fazer e fazer para aprender”.

No período entre a extinção da COAGRI e a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a educação agrícola permaneceu em “estado de letargia”.

Mesmo com a “autonomia” advinda por intermédio da autarquização, no ano de 1993, pelo Decreto nº 8.731 de 16 de novembro, a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, continuou no âmbito da Pedagogia do Trabalho, capacitando jovens como mão-de-obra para o mercado de trabalho.

A evidência deste modelo pedagógico está arraigada no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, implantado no ano de 2000, devido ao desmembramento do Curso Técnico em Agropecuária em áreas distintas: Agricultura, Agroindústria, Floricultura e Zootecnia.

4.1.2 O CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA

Inicialmente, face à imensa importância do agronegócio para a economia brasileira, são necessárias algumas considerações sobre o complexo agroindustrial.

Citado por Reis (1999), em sua obra *Comercialização Agrícola no Contexto Agroindustrial*, Lauschner (1993) conceitua:

Agroindústria é, em sentido amplo, a unidade de produção que transforma produtos agropecuários em bens finais de consumo

ou de uso intermediário, e em sentido restrito, é a unidade que por um lado transforma produtos agropecuários em bens de consumo, e que por outro, adquire diretamente do produtor agropecuário, o mínimo de 25% do total dos insumos utilizados (LAUSCHNER apud REIS (1999, p.31).

O agronegócio como foi conceituado, aproxima-se bastante da definição do Sistema Agroindustrial (SAI) como: o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais desde a produção de insumos até a chegada do produto final, associado a uma matéria-prima agropecuária ou produto final específico.

A utilização do conceito de agronegócio no Brasil é algo relativamente recente, datado da década de 80, quando então a chamada visão sistêmica começava a ganhar importância, abrangendo os setores denominados:

- ❖ Fase I ou Agregado I – a montante – ou seja, antes da porteira, representada pelas unidades de produção primária, formada por fornecedores.
- ❖ Fase II ou Agregado II – a montante – ou seja, dentro da porteira, representada pelas unidades de produção primária, animal e vegetal.
- ❖ Fase III ou Agregado III – a jusante – ou seja, pós-porteira, incluindo o armazenamento, beneficiamento, industrialização, comercialização, embalagens, transporte e demais instituições de apoio, envolvidas no processo de levar o produto até ao consumidor final.

Os produtos agroindustriais se diferenciam segundo o grau de processamento necessário. Alguns produtos exigem um processamento complexo, como o papel, enquanto outros necessitam apenas um processamento adequado, como frutas e legumes.

O Sistema Agroindustrial apresenta quatro formas de organização de empresas:

- A Empresa Familiar: onde os meios de produção pertencem à família e onde o trabalho é geralmente realizado pelo proprietário e seus familiares.
- A Empresa Capitalista: onde a separação entre o capital e trabalho é total, salvo nas pequenas empresas capitalistas familiares, onde a separação nem sempre é evidente. O trabalho é realizado por assalariados. Considerando-se o tamanho dessas empresas, a origem dos investimentos e o grau de concentração, é possível classificá-las desde pequeno e médio porte até de grandes empresas multinacionais.
- A Empresa Cooperativa: onde os produtores, os compradores ou fornecedores partilham, conforme o caso, sua força de trabalho, uma parte de seus recursos de produção, de seu capital e de seu conhecimento.
- A Empresa do Estado: sociedade pública ou pára - pública, onde os meios de produção são de propriedade da coletividade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, aprovada em 05/10/1999, o Curso Técnico em Agroindústria pertence à área profissional da Agropecuária, e tem determinada sua carga horária mínima em 1200 horas, acrescidas do estágio supervisionado. A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)

e Câmara de Educação Básica (CEB) nº 4 de 08 de dezembro de 1999, define as competências profissionais gerais do técnico por área profissional.

São Competências Profissionais Gerais do Técnico da Área Profissional de Agropecuária:

- ❖ Avaliar a situação técnica, econômica e social da região, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.
- ❖ Organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais.
- ❖ Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial.
- ❖ Implementar e gerenciar medidas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- ❖ Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para a distribuição de produtos.
- ❖ Identificar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento dos produtos agroindustriais.
- ❖ Elaborar projetos agroindustriais de incorporação de novas tecnologias e de crédito rural.

A Organização Didática do Curso Técnico em Agroindústria ofertado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, apresenta as seguintes características e divisões:

- ❖ 04 semestres
- ❖ 18 semanas semestrais
- ❖ 20 aulas semanais
- ❖ Módulo Aula: duração de 50 minutos
- ❖ Carga horária: 1200 (mil e duzentas) horas; Projeto de Conclusão de Curso, além das 360 (trezentas e sessenta horas) horas de estágio obrigatório.

Pelo currículo aplicado ao curso, percebe-se o mesmo como um instrumento de capacitação para atuar no mercado de trabalho das indústrias de alimentos, preferencialmente em laticínios e frigoríficos. Sem qualquer preocupação com uma formação empreendedora, solidária ou autônoma, como alternativas geradoras de ocupação e rendimentos.

4.2 PESQUISA DESCRITIVA

A Pesquisa Descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Normalmente, é realizada através de levantamentos que buscam informações diretamente com um grupo de interesse, a respeito dos dados que se deseja obter. A coleta de dados é realizada através das técnicas de interrogação, tais como: formulários, questionários ou entrevistas.

O questionário, (Anexo 1), não é apenas um formulário ou conjunto de questões listadas, mas um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa.

Com base nos objetivos e problematização da pesquisa, foi elaborado um questionário dividido em 6 (seis) perguntas dirigidas e sugestões sobre o curso. Tal questionário foi enviado, exclusivamente, a 75 (setenta e cinco) egressos do Curso Técnico em Agroindústria oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, residentes no município de Barbacena e região.

A elaboração e estrutura do questionário foram direcionadas, com o objetivo de obter informações sobre os egressos, se estão ou não atuando no mercado de trabalho agroindustrial e se o atual perfil profissional é suficiente para atuar no setor agroindustrial.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período compreendido entre os anos de 2001 até 2005 formaram um universo de 109 (cento e nove) técnicos do curso de agroindústria oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG.

Foi enviado um total de 75 (setenta e cinco) questionários, para os egressos residentes em Barbacena e região, correspondente a 68,8% (sessenta e oito vírgula oito por cento) dos egressos. Foram respondidos 41 (quarenta e um) questionários, o que corresponde a 54,6% (cinquenta e quatro vírgula seis por cento) do total enviado.

Portanto, percebe-se um percentual significativo para a apuração e discussão dos resultados.

A seguir, apresenta-se a tabulação e análise dos dados apurados decorrentes dos seguintes questionamentos:

Questão 01) Está exercendo atividade agroindustrial? () Sim () Não

Em caso afirmativo: Nome da empresa e função. Em caso negativo: Qual a sua atividade atual?

Resultado global obtido: (1) Sim (40) Não.

Apenas 1 (um) dos 41 (quarenta e um) egressos questionados está atuando no mercado de trabalho do setor agroindustrial de Barbacena. Vejamos o resultado desmembrado, conforme tabelas abaixo:

Tabela 1: Egressos do Curso Técnicos em Agroindústria - Turma: 2000 / 2001

Ítems	Total	Percentual
Questionários enviados	15	65,21%
Questionários respondidos	09	60,00%
Egressos empregados no setor agroindustrial	00	0,00%
Egressos empregados fora do setor agroindustrial	03	33,33%
Egressos com atividades autônomas	00	0,00%
Egressos estudando	01	11,11%
Egressos desempregados	05	55,55%
Número de alunos formados	23	100,00%

Tabela 2: Egressos do Curso Técnicos em Agroindústria - Turma: 2001 / 2002

Ítens	Total	Percentual
Questionários enviados	15	71,42%
Questionários respondidos	06	40,00%
Egressos empregados no setor agroindustrial	00	0,00%
Egressos empregados fora do setor agroindustrial	01	16,66%
Egressos com atividades autônomas	01	16,66%
Egressos estudando	04	66,66%
Egressos desempregados	00	0,00%
Número de alunos formados	21	100,00%

Tabela 3: Egressos do Curso Técnicos em Agroindústria - Turma: 2002 / 2003

Ítens	Total	Percentual
Questionários enviados	15	68,18%
Questionários respondidos	08	53,33%
Egressos empregados no setor agroindustrial	00	0,00%
Egressos empregados fora do setor agroindustrial	02	25,00%
Egressos com atividades autônomas	00	0,00%
Egressos estudando	02	25,00%
Egressos desempregados	04	50,00%
Número de alunos formados	22	100,00%

Tabela 4: Egressos do Curso Técnicos em Agroindústria - Turma: 2003 / 2004

Ítens	Total	Percentual
Questionários enviados	15	68,18%
Questionários respondidos	08	53,33%
Egressos empregados no setor agroindustrial	01	12,50%
Egressos empregados fora do setor agroindustrial	02	25,00%
Egressos com atividades autônomas	01	12,50%
Egressos estudando	02	25,00%
Egressos desempregados	02	25,00%
Número de alunos formados	22	100,00%

Tabela 5: Egressos do Curso Técnicos em Agroindústria - Turma: 2004/ 2005

Ítens	Total	Percentual
Questionários enviados	15	71,42%
Questionários respondidos	10	66,66%
Egressos empregados no setor agroindustrial	00	0,00%
Egressos empregados fora do setor agroindustrial	03	30,00%
Egressos com atividades autônomas	03	30,00%
Egressos estudando	02	20,00%
Egressos desempregados	02	20,00%
Número de alunos formados	21	100,00%

Questão 02) O atual perfil do técnico em agroindústria da EAFB, voltado exclusivamente para a formação de mão-de-obra, é suficiente para atuar no mercado de trabalho agroindustrial?

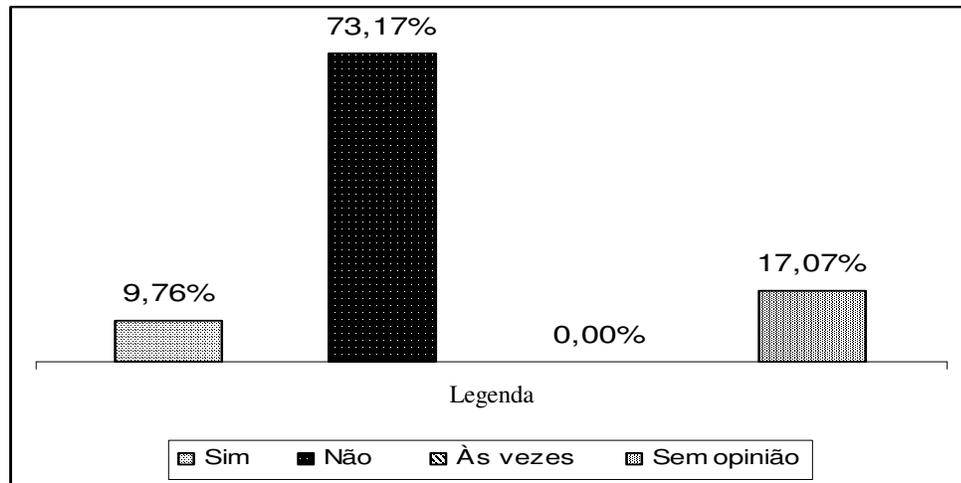


Figura 1: Síntese das respostas da questão nº 2

Questão 03) Ser agente ativo, conhecedor do mercado, seus pontos fortes e fracos, proporcionaria maiores possibilidades de sucesso no mercado do agronegócio?

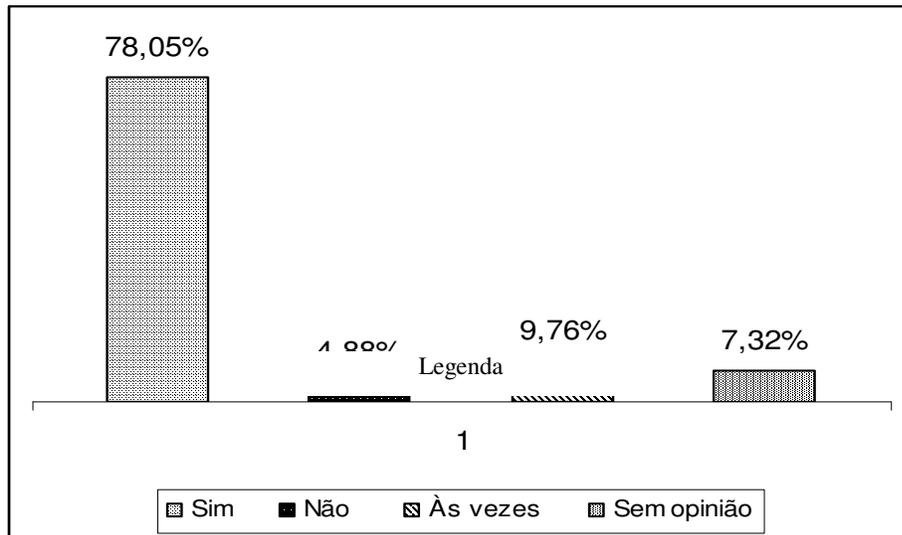


Figura 2: Síntese das respostas da questão nº 3.

Questão 04) Investir no mercado produtor através dos princípios empreendedores, aliados às qualidades técnicas operacionais, viabilizaria a inserção dos técnicos em agroindústria no sistema agroindustrial?

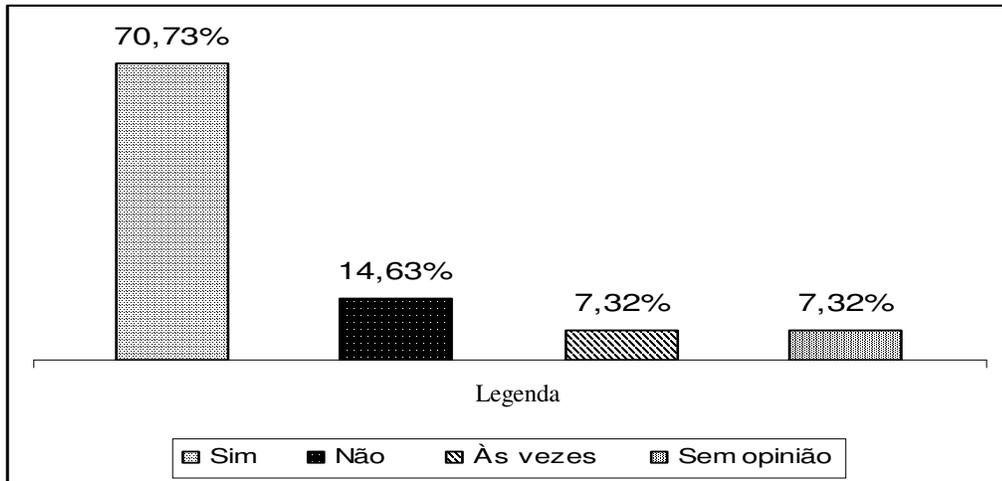


Figura 3: Síntese das respostas da questão nº 4.

Questão 05) O associativismo ou o cooperativismo poderiam ser canais de geração de renda e ocupação para a baixa empregabilidade no mercado de trabalho agroindustrial no município de Barbacena e região?

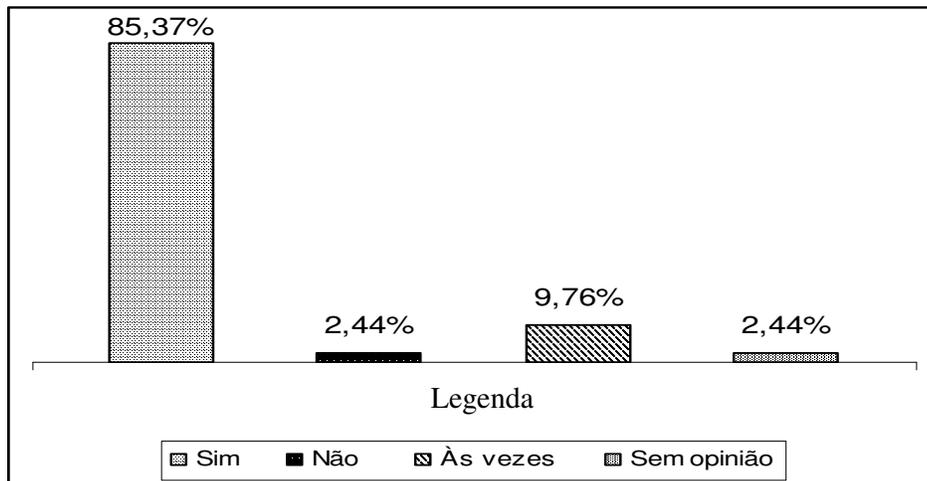


Figura 4: Síntese das respostas da questão nº 5

Questão 06) Estabelecer um novo perfil para os técnicos em agroindústria com potencialidades empreendedoras em interface com a formação técnica operacional proporcionaria maiores possibilidades de competitividade no mercado de produção e/ou de trabalho no agronegócio?

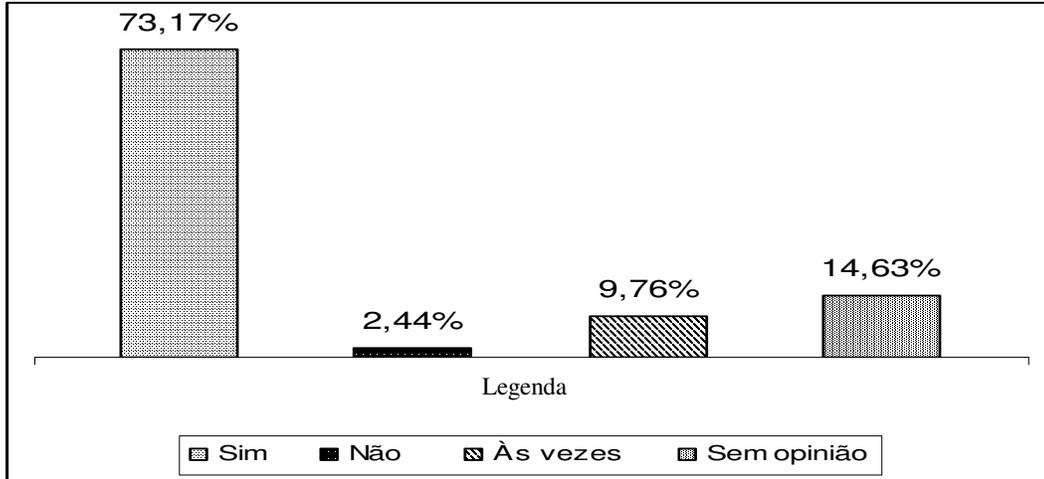


Figura 5: Síntese das respostas da questão nº 6.

Questão 07) Sugestões pessoais dos egressos sobre o Curso Técnico em Agroindústria.

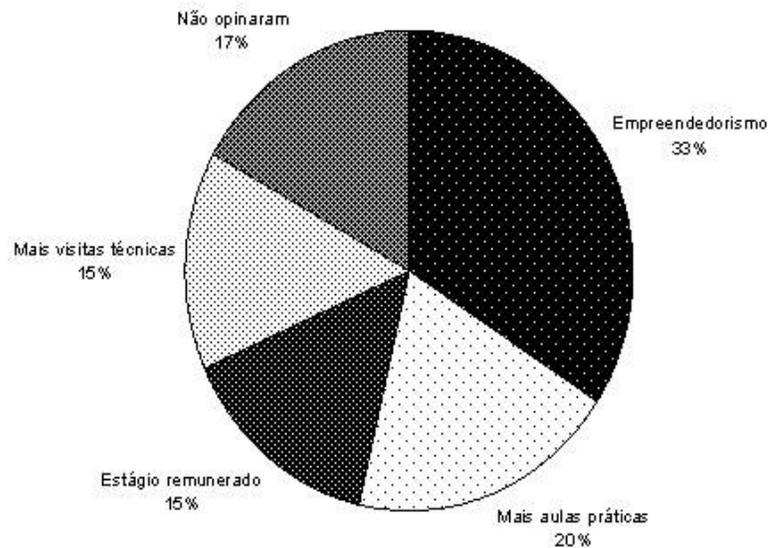


Figura 6: Síntese das sugestões dos egressos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que o foco deste estudo concentra-se na busca de instrumentos capazes de romper com o paradigma educacional, meramente tecnicista, arraigado no Curso Técnico em Agroindústria ministrado pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, instituído a partir do ano de 2000, centrado exclusivamente na formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, especialmente para a indústria de alimento, especificamente nos setores de laticínios e frigoríficos.

A proposta do presente trabalho de pesquisa está calcada nos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial como fator primordial de geração de ocupação e renda, independente da incipiente oferta de trabalho no limitado mercado agroindustrial barbacenense.

O empreendedorismo que interessa é aquele capaz de gerar labor, distribuir renda e conhecimento. Assim sendo o sonho deve promover a cidadania e a busca de sua realização. Não se trata simplesmente de preparar os alunos para criar uma empresa, mas um empreendedorismo como forma de ser, mais do que uma forma de fazer, desenvolver potenciais para ser empreendedores em qualquer atividade que escolherem.

Partindo da missão da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG, preconiza:

A escola deverá ser instrumento de um trabalho educacional verdadeiramente transformador, promovendo a formação do cidadão consciente e crítico, capaz de contribuir para as mudanças da sociedade e do meio empresarial através de uma formação moral e técnica, fundamentada nos princípios da gestão pela qualidade. (grifo nosso).

Sugere-se promover a capacitação dos futuros técnicos como indivíduos fomentadores, não somente de enriquecimento pessoal, mas também contribuir para a preparação do cidadão para participar da construção do desenvolvimento social, através da cooperação e do conhecimento, com vistas à melhoria de vida e eliminação da exclusão social.

As conquistas e o desafio de novas lutas são atributos essenciais para o ser humano que busca, interminantemente, o seu espaço no mundo dos negócios. Pois as pessoas que querem vencer neste mundo são aquelas de buscam as circunstâncias de que necessitam, e quando não as encontram, as criam.

O espírito empreendedor é um dos fatores essenciais para aumentar a prosperidade de um país, além de melhorar as condições de vida de seus cidadãos. O espírito empreendedor não é somente o desafio de abrir um negócio, mas está também ligado à inovação, ao crescimento, ou seja, é uma forma de ver o mundo, aliada a um conjunto de conhecimentos, que permite enxergar as oportunidades e atuar de forma a obter resultado.

É possível afirmar que podemos formar pessoas empreendedoras, por meio de metodologias específicas, com foco no indivíduo e em seu processo de aprendizado. Tendo como base os princípios fundamentais para o desenvolvimento do empreendedorismo, que apóiam-se, entre outros, em elementos tais como a motivação, a auto-realização, a iniciativa, o comprometimento, a persistência, a eficiência, a capacidade de correr riscos calculados, a independência, a autoconfiança, além da energia e a liderança.

Vários autores reconhecem os empreendedores como indivíduos criativos, que estão em constante busca por novos caminhos e soluções, amparados na identificação das

necessidades de oportunizar rendimentos e empregos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

O empreendedor é, antes de tudo, aquele que sonha e busca a realização em diferentes níveis de conhecimento, inovando e transformando conhecimentos em produtos ou serviços, em diferentes áreas. Empreender tem a ver com implementar idéias, criar valores econômicos e sociais. O homem, através de suas realizações, demonstra ser um ser criativo, capaz de passar para o plano real tudo o que está presente em sua mente.

O empreendimento no Brasil é recente. Ainda não há uma clara percepção da sua importância para o desenvolvimento da nossa economia, embora muitas experiências, tenham demonstrado que pessoas estimuladas podem desenvolver mentalidades e habilidades empreendedoras, tornando-se capazes de criar empresas e, conseqüentemente, empregos.

No Brasil, ocorre um alto índice de empreendedorismo de necessidade, ou seja, o indivíduo, por estar desempregado, despreparado, sem o devido conhecimento do mercado, se aventura na jornada empreendedora. Esses negócios são criados informalmente, sem planejamento, ocasionando seu fracasso e elevando o índice de “mortalidade” dos negócios.

Não obstante às grandes dificuldades enfrentadas pelas empresas emergentes no Brasil, algumas medidas podem dar perspectivas otimistas para a criação de uma cultura empreendedora no sistema educacional. Até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor era nato, que nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Pessoas sem essas características eram desencorajadas a empreender. Atualmente, o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa, e o sucesso é decorrente de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia-a-dia de seu empreendimento. Os empreendedores natos continuam existindo, e continuam sendo referência de sucesso, mas muitos podem ser capacitados para a criação de empresas “duradouras”. Com certeza, o ensino de empreendedorismo ajudará na formação de melhores empresários, melhores empresas e na maior geração de riqueza.

O empreendedorismo não é arte nem ciência, mas sim uma prática e uma disciplina. O empreendedor, mesmo tendo uma idéia brilhante, tem que conhecer a dinâmica do mercado, ter criatividade e identificar oportunidades. O empreendedor deve ter um objetivo e ter visão de futuro.

No empreendedorismo, o ser é mais importante do que fazer; a vida de um empreendedor é um processo permanente de aprendizagem em relação às constantes mudanças que o ambiente empresarial proporciona. Os empreendedores são pessoas muito especiais para a sociedade e são responsáveis pelo desenvolvimento de uma empresa, de uma cidade e de uma região. O avanço da economia depende dos pequenos negócios, que respondem por grande parte da geração de empregos, riquezas e inovações tecnológicas. Por mais completo que seja o empreendedorismo, sempre necessitará de ajuda externa, e a principal delas é uma educação empreendedora.

O estudo do comportamento do empreendedor é fonte de novas formas para a compreensão do ser humano em seu processo de criação de riquezas e de realização pessoal. Sob este prisma, o empreendimento é visto também como um processo de construção de liberdade.

Portanto, considerando os resultados apresentados e guardando as devidas proporções e restrições que estudo desta natureza implicam concluí-se que com relação ao objetivo geral e pelo que foi desenvolvido neste trabalho, a nossa pesquisa procurou atingir o seu propósito. Pois, tudo o que nós imaginamos, ardentemente desejamos, sinceramente acreditamos, e entusiasticamente colocamos em ação, sem dúvida, tornar-se-á realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 9. ed. São Paulo: Graal, 2001, 320 p.
- ALVARENGA, R. C. C. de. Perspectiva histórico-filosófico-instrumental do Curso Técnico em Economia Doméstica no ensino do 2º grau. (Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, 1995, 139 p.
- BARROS, J. M.; CUNHA, M. H.; TEIXEIRA, N.; MORAM, P. Cultura e memória. In: Caderno de Ciências Sociais. Belo Horizonte-MG. v. 4, p. 13-18, dez./1993.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Educação Profissional. Ministério da Educação. Brasília, 1994.
- CARVALHO, R. A. de. Novas Tecnologias de Gestão – NGT's. In: CATTANI, A. D. (Org) Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DOLABELA, F. O segredo de Luiza. 23. ed. São Paulo: Cultura Editores, 1999a, 320 p.
- _____. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores, 1999b, 275 p.
- _____. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Cultura Editores, 2003, 140 p.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 304 p.
- DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, 91 p.
- FILION, F. P. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários – gerentes de pequenos negócios. In: Revista de Administração: FEA/USP. V. 34, n. 2, out./dez. 1999. São Paulo
- GUEDES, C. A. M. O Mercado de Trabalho Brasileiro nos anos 90: Tendências e Perspectivas. In: Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas, v.25, n. 1/2, Jan./Dez. Seropédica: Editora Universidade Rural, 2003.
- GUEDES, C. A. M; ROSÁRIO, J. L. Informação e Conhecimento: impactos na reorganização do mercado e do trabalho. In: Desenvolvimento em Questão. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Ijuí: Unijuí, Ano 3 n. 5 Jan./Jun. 2005.
- HELLER, A. O cotidiano e a história. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 121 p.
- KUENZER, A. Z; MACHADO, L. R. de S. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, G. N. de (org) Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1984, p. 29-52.

KUENZER, A. Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: Revista Ensaio: avaliação e políticas em educação. Rio de Janeiro. v. 6, n. 20, p. 65-84, jul./dez. 1995.

LOPES, E. M. T. O escolanovismo: revisão crítica. In: MELLO, G. N. de (Org) Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1984, p.19-28.

MANFREDI, S. M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003, 317 p.

MEDEIROS, J. A. de S.; CASTRO, M. T. G.; SIQUEIRA, V. H. F. de. Desvio ocupacional em ciências humanas. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, maio./ 1980, p. 29-44.

REIS, A. J. Comercialização agrícola no contexto agroindustrial. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999, 192 p.

SANTOS, P. P. C. dos. O desenvolvimento do ensino da Filosofia na cultura contemporânea. In: SEMANA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, 1977, p. 35-45.

SAVIANI, D. A filosofia da Educação e o problema da inovação em Educação. In: GARCIA, W. E. (coord). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980, p. 15-29.

_____. Do senso comum à consciência filosófica. 5. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985, 224 p.

_____. Escola e Democracia. Teoria da educação. Curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 20. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, 122 p.

_____. Tendências e correntes da educação brasileira. In: BOSI, A. (Coord). Filosofia da educação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 19-45.

SCHUMPETER, J. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril, 1982, 169 p.

SEBRAE. Formação Empreendedora na Educação Profissional. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 21 ed. Florianópolis: LED, 2000, 249 p.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, 360 p.

TIMMONS, J. A. In: AGOSTINI, J. C. et al. Empreendedorismo – conceitos e pressupostos. Brasília: Edição SEBRAE, 2001.

A N E X O

ANEXO A

Ilmo (a) Sr (a) _____
Egresso do Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-
MG.
Em: ____/____/____

Prezado (a) técnico (a),

Solicito-lhe a gentileza, se possível, responder o questionário anexo, destinado aos egressos do Curso Técnico em Agroindústria oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG., o qual comporá os Métodos e Procedimentos da Pesquisa da minha Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola, do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cujo tema é: “**A inclusão dos princípios fundamentais do empreendedorismo empresarial no Curso Técnico em Agroindústria da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena-MG**”, sob a orientação do Professor Cezar Augusto Miranda Guedes.

Atenciosamente,

Paulo Orlando de Castro Pavani

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM
AGROINDÚSTRIA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA-MG

Nome: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Ano de conclusão do Curso: _____

1ª) Está exercendo atividade agroindustrial ? () Sim () Não
- Em caso afirmativo: Nome da empresa _____

_____ Função: _____

_____ - Em caso negativo: Qual a sua atividade atual? _____

2ª) O atual perfil do técnico em agroindústria da EAFB, voltado exclusivamente para formação de mão-de-obra é suficiente para atuar no mercado de trabalho agroindustrial?

() Sim () Não () Às vezes () Sem opinião

3ª) Ser agente ativo, conhecedor do mercado, seus pontos fortes e fracos, proporcionaria maiores possibilidades de sucesso no mercado do agronegócio?

() Sim () Não () Às vezes () Sem opinião

4ª) Investir no mercado produtor através dos princípios empreendedores, aliados às qualidades técnicas operacionais viabilizaria a inserção dos técnicos em agroindústria no sistema agroindustrial?

() Sim () Não () Às vezes () Sem opinião

5ª) O associativismo ou o cooperativismo poderiam ser canais de geração de renda e ocupação para a baixa empregabilidade no mercado de trabalho agroindustrial no município de Barbacena e região?

() Sim () Não () Às vezes () Sem opinião

6ª) Estabelecer um novo perfil profissional para os técnicos em agroindústrias com potencialidades empreendedoras em interface com a formação técnica operacional proporcionaria maiores possibilidades de competitividade no mercado de produção e/ou de trabalho no agronegócio?

() Sim () Não () Às vezes () Sem opinião

7ª) Sugestões: _____
